

P. Sousa G. da



CRB

REVISTA DA CONFERÊNCIA
DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

Ano IX - N.º 95
Maio de 1963

Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil

ANO IX

1.º DE MAIO DE 1963

N.º 95

SUMÁRIO

DOCUMENTOS	257	● Decreto da S. Congregação dos Ritos sobre a Sagrada Comunhão das Monjas, na Sexta-feira Santa.
	258	● Segunda Assembléia Geral da C.L.A.R.
CONCÍLIO ECUMENICO	261	● Dos Trabalhos Conciliares — Pe. Frei Romeu Dale O.P.
FORMAÇÃO DAS RELIGIOSAS	265	● O Juniorato na Formação das Religiosas — Pe. João Corso S.D.B.
PASTORAL CATEQUÉTICA	277	● A Catequese Eucarística em um mundo transformado — Pe. Frei Guido Vlasman O.F.M.
FORMAÇÃO SEMINARÍSTICA	287	● “Como preparar para o Sacerdócio, sem inutilizar para a vida”? — Pe. Gilberto Pereira Lopes.
A COMUNIDADE PAROQUIAL	291	● A procura de uma estrutura atualizada para a Comunidade Paroquial — Pe. Leão Douven C.S.R.
TEOLOGIA VOCACIONAL	297	● Considerações a respeito da “Teologia Pastoral da Vocação e casos-limites” — Pe. Frei Ricardo Rozestraten O.F.M.
IMPRENSA	305	● Manutenção da Imprensa Católica — Pe. Frei Mathias Heldemann O.F.M.
DIREITO DAS RELIGIOSAS	311	● Caso XXIV — Demissão de uma Religiosa de votos perpétuos — Pe. Frei Rafael de Unif. OFM.Cap.
ESTATÍSTICA	314	● Casas e Residências de Religiosos fundadas em 1961 — Departamento de Estatística.
DEPART. DE Vocações	316	● Casa Religiosas Femininas Fundadas em 1961 — Departamento de Estatística da CRB
COMUNICAÇÕES	318	● Notícias da O.P.V.R. — Pe. Bertrand de Margerie S. J.
BIBLIOGRAFIA	319	● Congresso Internacional sobre “As necessidades da Igreja e a tarefa dos Religiosos”

Propriedade da Conferência dos Religiosos do Brasil

Av. Rio Branco, 131, 9.º andar — Rio de Janeiro (ZC-21) — Brasil

Diretor Responsável: Pe. José Paulo Sales, C. M.

DECRETO DA S. CONGREGAÇÃO DOS RITOS

SÔBRE A SAGRADA COMUNHÃO DAS MONJAS, NA SEXTA-FEIRA SANTA

Sagrada Congregação dos Ritos

Restabelecida a disciplina da Semana Santa, foi reassumido também o antigo costume, segundo o qual todos os que o desejarem e se acharem devidamente preparados, poderão chegar-se da Sagrada Comunhão na Sexta-Feira, "na Paixão e Morte do Senhor" (Sexta-Feira-Santa), mas unicamente durante a solene ação litúrgica pós-meridiana, excetuados os doentes constituídos em perigo de morte (cf. a **Instrução** de 16 de novembro de 1955, n.º 19, e as **Ordenações e Declarações** de 1 de fevereiro de 1957, n.º 18).

Em muitas igrejas e oratórios de Religiosas de clausura, não pode realizar-se esta solene ação litúrgica em virtude da escassez de sacerdotes, enquanto que se pôde encontrar disponível um sacerdote que possa distribuir-lhes a Sagrada Comunhão. Por êste motivo, expuseram as monjas, muitas vêzes, êste fato à S. Congregação, implorando a graça pela qual também a elas fôsse concedida a faculdade de poderem receber, nesse santo dia, fora da dita ação litúrgica, o Corpo do Senhor.

Nosso Santíssimo Senhor Papa João XXIII, informado pelo abaixo-assinado Cardeal Prefeito da S. Congregação dos Ritos, e levadas em conta as razões particulares expostas, concedeu benignamente que às Religiosas, sujeitas à lei da clausura, possa ser distribuída a Sagrada Comunhão na Sexta-Feira Santa (na Paixão e Morte do Senhor), fora da solene ação litúrgica, mas em horas pós-meridianas, quando tal ação litúrgica não puder ser realizada nas suas igrejas ou oratórios.

Não obstante qualquer coisa em contrário.

1 de fevereiro de 1963.

ENRICO DANTE, Arc.º, ARCÁDIO M. Card LARRAONA,
Secretário Prefeito da S. Cong. dos Ritos

Observações:

Esta resposta da S. Congregação dos Ritos, que traduzimos do italiano, foi publicada na "Revista delle Religiose", à pág. 231-232, n.º de abril de 1963.

Embora não tenhamos visto nem constatado a sua publicação no órgão oficial "Acta Apostolicae Sedis", não se pôde duvidar da autenticidade nem do valor universal da decisão. Os dizeres "expuseram as monjas, muitas vêzes," indicam, sem dúvida, que diversos mosteiros isolados ou confederados

recorreram ao mencionado Dicastério, mas, de outro lado, os termos gerais usados pela S. Congregação dos Ritos demonstram que ela quis dar a resposta em favor de tôdas as monjas e não apenas em benefício das que a solicitaram. Ainda que, por via de regra, as decisões reconhecidamente particulares só obriguem ou beneficiem aos que as pediram, prova esta resposta que a S. Congregação quis incluir tôdas "as Religiosas, sujeitas à lei de clausura".

A única condição para o uso da concessão é a falta de qualquer sacerdote que possa e queira celebrar a solene ação litúrgica. Lembrando a resposta explicitamente um sacerdote disponível para a distribuição da S. Comunhão, refere-se ao ministro ordinário, sem, salvo melhor juízo, excluir o ministro extraordinário ou diácono, mencionado no cân. 845, § 2.

Frei Francisco Xavier, OFM.

CONFEDERAÇÃO LATINO-AMERICANA DE RELIGIOSOS

SEGUNDA ASSEMBLÉIA GERAL DA C. L. A. R.

A Segunda Assembléia Geral da CLAR será realizada no Rio de Janeiro, de 1 a 10 de agosto do corrente ano. Tôdas as sessões terão lugar na Casa Nossa Senhora da Paz, à Rua Visconde de Pirajá, 351, com a participação da Junta Diretiva e dos Delegados de cada Conferência Nacional.

Eis a seguir o temário a ser tratado:

I — A CLAR

- 1) — A CLAR e as Conferências Nacionais.
 - a) Situação das Conferências Nacionais. Relatório.
 - b) Como desenvolver as Conferências Nacionais.
 - c) Tarefas do Secretariado Geral para tal fim.
- 2) — A CLAR em si própria.
 - a) Relatório do Secretário Geral.
 - b) Relatório da Tesouraria Geral.
 - c) Estudo e aprovação dos Relatórios.
 - d) Revisão dos Estatutos.
 - e) Eleição dos Membros da Junta Diretiva.

II — Problemas atuais da vida religiosa

- 1) — Pobreza: "testemunho evangélico" em nosso século.
- 2) — Obediência: "diálogo" num mesmo Espírito.
- 3) — "Comunidade de trabalho" na vida de perfeição.

III — Vocações

- 1) — Condições sociológicas e psicológicas requeridas para que haja vocações numerosas.
- 2) — Faltam algumas na América Latina?
- 3) — Como criá-las?

IV — Apostolado

1) — Pastoral de conjunto sob a Hierarquia

- a) Realidade Pastoral da América Latina.
- b) Necessidades e possibilidades pastorais atuais.
- c) Plano pastoral: o que é; o que exige.
- d) Participação dos Religiosos: responsabilidade, exigências, atitude.

- 2) — Formação para a pastoral de conjunto.

V — Auxílios para a América Latina

1) — Ajuda em pessoal.

- a) Organizações que formam pessoal para a América Latina.
- b) Organismos de que dependem e a quem deve-se recorrer.
- c) "Pro Mundi Vita".
- d) Adaptação ao nosso meio.

2) — Ajuda econômica.

- a) Entidades que a oferecem ou podem oferecê-la.
- b) Condições exigidas.

DOS TRABALHOS CONCILIARES

Pe. Frei Romeu Dale O.P.

1. Antes da Primeira Sessão.

O trabalho das Comissões e Secretariados pré-conciliares deu como resultado 73 esquemas. Dois ou três meses antes da abertura do Concílio, os Padres Conciliares receberam um volume contendo 7 esquemas:

- a) — das Fontes da Revelação;
- b) — da maneira de guardar fielmente o depósito da fé;
- c) — da ordem moral cristã;
- d) — da castidade, matrimônio, família e virgindade;
- e) — da sagrada liturgia;
- f) — dos meios de comunicação social;
- g) — da unidade da Igreja (com os ortodoxos).

2. Durante a Sessão.

I — Sob a presidência da Comissão Central, instituída pelo Papa, que também nomeou os 10 Cardeais que a compõem, foram abordados 4 desses 7 esquemas:

e) — **da Sagrada Liturgia** — foi todo êle debatido e aprovado nas suas grandes linhas; foram notadas e aprovadas pelo plenário as emendas ao próêmio e o 1.º capítulo do esquema;

a) — **das Fontes de Revelação** — foi o que provocou o grande debate; no fim de uma semana, após uma votação em plenário, o Papa preferiu que o esquema fôsse retirado da discussão e entregue, para ser retomado, a uma comissão presidida pelo **Cardeal Ottaviani**, da Comissão Teológica, e o **Cardeal Bea**, do Secretariado para a União;

f) — **dos meios sociais de comunicação** — foi aprovado em seu conjunto, com a condição de que a Comissão correspondente o retomasse em função das emendas apresentadas em plenário e que, de modo especial, lhe reduzisse o tamanho, já que era deveras prolixo;

g) — **da unidade da Igreja** (com os Ortodoxos), bastante debatido, foi encaminhado de volta à Comissão das Igrejas Orientais, a fim de que fôsse refeito, em conjunto, com os dois esquemas sôbre o mesmo assunto, preparados um pela Comissão Teológica (cap. XI, do esquema "Da Igreja) e outro pelo Secretariado para a União.

II — Pouco depois de iniciada a primeira sessão, bispos e grupos de bispos apresentaram petições ao Secretariado do Concílio para Assuntos Extraordinários. Êsses pedidos tinham por fito obter que já, nessa

mesma sessão, fôsse abordado o esquema sôbre a Igreja. Encaminhados ao Santo Padre, êle os aprovou. A 20 de novembro foi distribuído aos Padres Conciliares um segundo volume contendo dois esquemas:

- h) — da Igreja;
- i) — da bem-aventurada Virgem Maria.

A 1.º de dezembro tiveram início os debates sôbre o esquema "Da Igreja". Os debates foram bastante intensos. Bom número de Padres Conciliares, reconhecendo tudo o que havia de positivo no trabalho da Comissão Teológica, achavam, no entanto, que o esquema comportava algumas falhas graves e que precisavam ser sanadas. Alguns membros chegaram a propor que se preparasse um outro esquema.

Relembremos algumas observações mais sérias: o esquema aborda apenas a Igreja militante e, mesmo nesse plano, não integra tôda a renovação bíblica, patrística, eclesiológica das últimas décadas. Não marca suficientemente a posição singularíssima de Cristo na Igreja. Não explicita devidamente a Colegialidade Episcopal nem tampouco as relações desta com o Primado; dos bispos auxiliares nem se fala. Não valoriza a perspectiva de mistério, e mistério sobretudo de caridade.

Além do mais, assume por vêzes um tom "triumfalista" e deixa muito a desejar do ponto de vista, tão importante também, do diálogo ecumênico.

Talvez, o que há de mais significativo a notar, como fruto dêsses debates, de poucos dias, mas comportando muita riqueza, seja o seguinte:

O tema sôbre a Igreja deverá constituir o tema central do 2.º Concílio do Vaticano. Êste tema comportará, provavelmente, três grandes itens, distintos, mas visceralmente interligados:

- a) — a Igreja na sua estrutura e vida íntima;
- b) — a Igreja e os cristãos não católicos;
- c) — a Igreja e os não-cristãos (e o mundo).

Por ocasião dos debates, houve algumas e importantes intervenções procurando pôr em destaque o aspecto **probreza** na vida da Igreja. Seja em função da evangelização dos pobres, como também — e a ela ligada — nas atitudes dos cristãos, desde o Papa até o simples leigo.

III — Ainda por insistência dos Padres Conciliares, foi-lhes distribuído a 5 de dezembro um fascículo contendo o resumo dos esquemas restantes. Só que êstes, de 73 passaram para 20 apenas.

3. Depois da Sessão.

No dia 6 de dezembro, por ocasião da 35.ª Congregação Geral, Mons. Felici comunicou aos Padres Conciliares o **Regulamento do Trabalho Conciliar** entre as duas sessões:

— foi constituída uma Comissão Coordenadora, composta de 6 Cardeais: Confalonieri (Itália), Doepfner (Munich), Lienart (Lille), Spellman (Nova York), Suenens (Bruxelas) e Urbani (Veneza), sob a presidência do Cardeal Cicognani, Secretário de Estado. "Esta Comissão terá como tarefa especial, de acôrdo com os presidentes das Comissões Conciliares, coordenar

os trabalhos das Comissões, segui-los e tratar com os Presidentes destas Comissões não somente dos problemas de competência, mas de tudo o que visa a promover e assegurar a conformidade dos esquemas com os objetivos do Concílio". Linhas atrás, o Regulamento lembrava êstes objetivos, definidos pelo Papa a 11 de outubro, no discurso inaugural.

Depois do Concílio, a Comissão Coordenadora distribuiu os 20 esquemas entre os 6 membros que a compõem. E realizou a sua primeira sessão de 21 a 28 de janeiro.

Nessa oportunidade, cada cardeal apresentou um relatório sobre os esquemas que lhe foram confiados. Foram redigidas diretrizes de trabalho às dez Comissões Conciliares e ficou estabelecido um plano geral dos esquemas.

As Comissões distribuíram o trabalho às Sub-comissões, trabalhando por correspondência, até poder prever uma sessão plenária, em Roma, dos membros e consultores.

Até meados de março, 6 Comissões já haviam realizado a sessão plenária: Teológica, da Disciplina do Clero e do povo cristão, dos Religiosos, dos Estudos e Seminários, das Igrejas Orientais, para o Apostolado dos Leigos e os meios de comunicação social; e o Secretariado para a União dos Cristãos que, como se sabe, foi assimilado às Comissões Conciliares. Ficaram faltando realizar sessão plenária as Comissões: do Governo das Dioceses (data ainda não marcada), das Missões (20 de março), dos Sacramentos (22 de março), da Liturgia (logo depois da Páscoa).

Nesta data, os esquemas se encontram reduzidos a 17.

1. **Da revelação divina** (o antigo esquema "das fontes da Revelação"), já preparado, está sendo impresso.

2. **Da Igreja.** A Comissão Coordenadora, levando em consideração as observações apresentadas pelos Padres Conciliares, decidiu que o esquema passasse a constar de 4 capítulos: a) — o Mistério da Igreja; b) — a constituição hierárquica da Igreja e, em particular, o Episcopado (êstes 2 capítulos já estão prontos e serão logo remetidos); c) — os leigos; d) — os estados que tendem à perfeição evangélica (êstes dois últimos se encontram nas sub-comissões mistas e serão discutidos em sessão plenária no mês de maio).

3. **Da bem-aventurada Virgem Maria, mãe da Igreja.**

Ainda não tinha sido abordado.

4. **Dos bispos e do Governo das Dioceses.**

5. **Do ecumenismo.** Está numa sub-comissão mista, incluindo membros da Comissão Teológica, da Comissão das Igrejas Orientais e do Secretariado para a União. Outra sub-comissão mista (Teologia, União, dos Sacramentos) está preparando um texto sobre **Matrimônios Mistos**, a ser discutido e votado na sessão de maio.

6. **Do clero.**

7. **Dos religiosos.**

8. **Do Apostolado dos leigos.**

9. Das Igrejas Orientais.
10. Da Sagrada Liturgia.
11. Da Cura das Almas.
12. Do Sacramento do Matrimônio.
13. Da formação dos futuros sacerdotes.
14. Das escolas católicas e dos estudos universitários.
15. Das missões.
16. Dos instrumentos sociais de comunicação.
17. Dos princípios da Igreja e da ação para promover o bem da sociedade:
 - a) — da admirável vocação do homem para Deus;
 - b) — da pessoa humana na sociedade;
 - c) — do matrimônio, da família e do problema demográfico;
 - d) — da cultura humana;
 - e) — da ordem econômica e da justiça social;
 - f) — da comunidade das nações e da paz.

O último (17) está sendo estudado nas sub-comissões (mistas) e será apresentado para debate e votação na sessão plenária de maio próximo.

22.ª SEMANA DE ESTUDOS DE CANTO GREGORIANO

Organizado pelo Instituto Pio X

do Rio de Janeiro

Local: Colégio Santo Amaro

Rua 19 de Fevereiro, 172 — Botafogo

Data: de 16 a 26 de julho de 1963.

Horário: Missa Verspertina — dia 16, às 16,30 hs.

Aulas: de 8,30 às 11,30 hs.

de 14,00 às 16,30 hs.

Inscrições: Instituto Pio X

Rua Real Grandeza, 108 — Botafogo

Rio de Janeiro (ZC-02) — Tel.: 26-1822

FORMAÇÃO DE JUNIORISTAS

O JUNIORATO NA FORMAÇÃO DAS RELIGIOSAS

P. João Corso, S. D. B.
do Instituto Teológico Pio XI, São Paulo.

IV — FORMAÇÃO INTELECTUAL NO JUNIORATO (1)

Pode apresentar-se mais fácil, sob certos pontos de vista, a tarefa da formação intelectual comparada à formação espiritual do Juniorato. Mas não lhe falta também boa dose de dificuldades, sobretudo a da sua coordenação e integral relação com a mesma formação espiritual e a apostólica, sobre que insistiremos de modo particular neste artigo.

A primeira preocupação, pois, dos responsáveis por um Juniorato é de organizar os programas de instrução intelectual de modo oportuno, em função da formação integral específica da vida religiosa concreta. Para tanto deve-se atender: 1.º) à meta dessa formação, isto é, ao tipo ideal de pessoa que o Juniorato quer produzir; 2.º) à contribuição especial da mesma formação intelectual para a consecução dessa meta; 3.º) aos programas, disposições, elementos, subsídios requeridos pela mesma.

A realização de tais empenhos não é fácil. Impõe-se, porém, a qualquer custo, pois ninguém pode ignorar que depende, em larga escala, dessa formação intelectual, a formação integral da religiosa que, além dos compromissos de santidade pessoal, deverá desempenhar-se dos outros compromissos de instrumento apto, nas mãos de Deus, para a salvação de tantas almas, no mundo de hoje, tanto mais necessitado quanto mais do que nunca exigente.

É em base a tais pressupostos que damos as sugestões que seguem,

A) objetivos do programa de formação intelectual

No ministrar formação intelectual à Juniorista faz-se mister proporcionar-lhe: 1) formação excelente; 2) objetividade de vistas; 3) capacidade de adaptação dos próprios conhecimentos à ação; 4) capacidade de união da vida intelectual à oração e ao amor das coisas divinas.

1) Excelência de formação intelectual

As largas e sérias tarefas que nos impõe o apostolado hodierno estão a exigir de qualquer apóstolo formação intelectual excelente.

(1) Cf. os artigos precedentes relativos ao mesmo assunto em "Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil" Ano VIII, n.º 87, pp. 555-571, n.º 88 pp. 621-637 n.º 89, pp. 685-697; Ano IX, n.º 91, pp. 9-216 Cf. também "The Juniorate in Sister Formation", Fordham University Press, 1960, pp. 100-127, de que este artigo é simples condensado com oportunas adaptações.

O que, ao invés, se constata nos dias de hoje é que, em geral, os resultados da instrução ministrada em currículos não só secundários quanto ainda universitários, são uma redonda negação de tal excelência. Tal fato vem a ser um autêntico desafio aos formadores de apóstolos, que não podem absolutamente se acomodarem a tal realidade.

Se a Constituição Apostólica "Sedes Sapientiae" atribui papel de relevante importância, na formação do religioso apóstolo, à formação intelectual, é porque a pressupõe sempre precisa, excelente (2). Tal Constituição, também neste particular, nada mais é que o sublimado das inúmeras admoestações e insistências dos últimos Papas e dos Órgãos Oficiais da Santa Sé, sempre a insistirem na grande necessidade e excelência de tal formação ministrada com êsse aprimoramento. Assim Pio XII: "Alegramo-nos ao ver que desejam impregnar seus jovens religiosos profundamente da cultura humanística. Tal cultura é muito eficaz para formar a mente à clareza de pensamento e de expressão; para evitar o mundismo ôco; para adquirir hábitos próprios de uma inteligência bem formada" (3).

Essa cultura humanística, na tradição católica, foi sempre considerada, e com justiça, cultura básica por excelência. A "Sedes Sapientiae" exige-a como tal e mesmo (a. 43) acha normal que se retarde o Noviciado a fim de que seja feito com mais eficiência após a sua aquisição, já que proporciona o treino da mente, o aperfeiçoamento da capacidade de ler bibliografia, habilidade de recorrer às fontes, e a aquisição devida do conhecimento.

Fixa-se, pois, antes de mais nada, como primeiro princípio relativo à formação intelectual do Juniorato (como e mais do que no postulado e noviciado) que ela deverá ser **excelente**.

2) Objetividade de vistas

A formação intelectual excelente facilitará grandemente à Irmã a aquisição de um grande sentido de realismo, de objetividade de vistas, sem a qual não há verdadeira santidade pessoal nem capacidade apostólica, com a qual tal autenticidade já se pode dizer garantida.

Essa objetividade de vistas ou realismo, pois, deverá ser buscada a qualquer custo. Consegue-se de modo particular com a formação intelectual que nos ensina, sobretudo mediante o realismo tomista, a nos adequarmos sempre ao mundo exterior que nos cerca, tal qual êle se nos apresenta, antes, tal qual êle é na realidade.

A simples adesão sentimental e mesmo a da vontade, por exemplo, a certas exigências da santidade religiosa e apostólica, subsiste até certo ponto, quando não se encontram certas dificuldades. Quando, ao invés, nos deparamos, por exemplo, com as nossas deficiências reais ou aparentes, fracassamos sem dúvida, se não aprendemos a encará-las com realismo como possíveis e às vezes inevitáveis...

(2) C. Ap. Sedes Sapientiae, n.º 26.

(3) Alocução aos Carmelitas Descalços, 23 de set. 1951, em "États de Perfection" (Paris, Ed. Fleurus, 1958), p. 251s.

A formação intelectual assim ministrada pode ser antidoto excelente contra certos defeitos que Pio XII achou necessário assinalar até em religiosas de vida contemplativa: "susceptibilidades, estreiteza de mente e de coração, legalismo ou formalismo, mesquinhez de alma, defeitos êsses próprios sobretudo de mentes mais tacanhas" (4).

Contra a influência indiscutível do **relativismo** que infecciona o mundo em que cresceu a jovem religiosa, é preciso opor convicções profundas relativas à **objetividade** da verdade. Sobretudo deverá aprender a abominar a insinceridade, fraude, engano, e em geral a **moral da situação**.

Deverá aceitar suas limitações pessoais como indiscutível realidade, querida ou permitida por Deus para a sua afirmação mais lídima de otimismo e santidade autêntica porque vitoriosa. Aprenderá a amar a verdade e a buscá-la tenaz e gostosamente em tôda a sua vida, como quer que se apresente, reflexo sempre e igualmente da Verdade Eterna.

3) Adaptação do conhecimento à ação

A vocação da Irmã é apostólica. Para ela, pois, mais que para qualquer outra cristã a formação intelectual e espiritual deve ser acentuadamente dirigida para a ação e para a ação apostólica. Diz o Pe. Gambari: "Para estas instituições (religiosas) a vocação religiosa e apostólica é uma realidade única, informando tôda a sua vida religiosa e determinando necessariamente a formação completa dos candidatos dessas instituições, seja a respeito do treino intelectual quanto da educação da vontade, quanto do desenvolvimento do caráter e da personalidade" (5).

Nas resoluções do Congresso dos Estados de Perfeição de 1950 afirmou-se: "O ideal de formação intelectual, cultural e técnica deve ser, não sòmente do ponto de vista absoluto e individual, mas também no sentido social e relativo, plena e adequadamente capaz de exercer sua santa missão com competência, com aproveitamento cabal de todos os meios colocados à sua disposição, e com rápida intuição" (6).

Um dos indícios de uma tal formação eficaz é a capacidade que deverá conseguir a Irmã de manter-se senhora de si, uma vez fora do ambiente do Juniorato. Pois justamente um desenvolvimento intelectual aberto e profundo torna-la-á imune à onda de influxos com que quererá certamente submergi-la o mundo com sua indiferença, sensualidade, vaidade, numa tentativa de absorver-lhe a própria personalidade e reduzi-la ao denominador comum.

4) União da vida intelectual e da vida espiritual

É êste um objetivo de capital importância.

Digamos, de comêço, que, riqueza de pensamento, imaginação rica, inteligência viva e ativa, largueza de vistas, tudo são auxílios excepcionais

(4) Pio XII, Allocução.

(5) "Formation of Religious for the Apostolate", Duquesne Institute of Spirituality, Mss copy, p. 16.

(6) Acta et Documenta Cong., Gen. Romae, 1950, IV, p. 303.

para a oração, especialmente para a perseverança na oração em ambientes que tendem a sufocar e dominar a mente que a ela se deve entregar. Certos princípios de ascética e mística aparentemente contrários a êsse princípio apenas enunciado, devem ser bem entendidos no seu contexto. Atende-se a que êles não venham desorientar as jovens religiosas.

As jovens religiosas devem capacitar-se à concentração, sobretudo para períodos mais prolongados de oração, recolhimento, atenção à presença de Deus. Pois o estudo pode e deve habilitá-las a tanto, A mesma oração, a meditação, por sua vez, dar-lhes-ão ocasiões excepcionais de aprofundarem o próprio estudo em função da mesma vida e apostolado futuros.

As jovens religiosas precisam fugir da superficialidade que tantas vezes pretenderia fazer ostentação de formalismo ou até de vulgaridade. Cabe ao estudo dar-lhes profundidade, equilíbrio.

A elevação dos sentimentos e do entendimento humanos dispõem-nos à aproximação de Deus. É uma das principais finalidades do estudo das humanidades. É quanto nos indica João XXIII falando desta finalidade do estudo da literatura latina em particular: " Enquanto a mente penetra mais profundamente as coisas próprias à natureza humana e à sua dignidade, o intelecto se torna mais pronto a estudar aquilo que embeleza a própria alma, a fim de que os homens não vivam como as máquinas que êles fabricam, frias, duras, sem amor" (7).

A Juniorista deverá entender bem e sempre que toda a sua formação intelectual deve estar em função da sua santificação pessoal e apostólica. Tal deveriam também demonstrar entender e querer todos aquêles que tratam da sua instrução ou formação. Lembre-se, por fim, a Juniorista que no seu futuro apostolado deverá tratar muitas vezes com pessoas de cultura e educação, e que a própria cultura e educação aprimoradas será exatamente instrumento indispensável para o próprio apostolado junto das mesmas.

B) O programa de formação intelectual no Juniorato

1) Sua função

Se o programa de formação intelectual no Juniorato satisfizer aos quatro objetivos que acabamos de expor, então não se poderão mais fazer certas objeções que tantas vezes se fizeram no passado contra religiosas instruídas mas... desequilibradas, técnicas hábeis mas esquecidas de Deus no próprio trabalho, mestras de ciência não já de santidade.

Em concreto, pois, na discriminação de cada matéria principal, ter-se-ão sempre de mira exatamente, e antes de mais nada, êsses mesmos objetivos, com total aderência à realidade das coisas.

2) Teologia e Filosofia

Um planejamento funcional de tal instrução deverá ter em grande conta a filosofia e a teologia.

(7) Disc. ao 1.º Cong. Intern. de Est. Ciceronianos, 7 de abril de 1959, em "La Documentation Catholique", LVI, p. 518.

Cabe-lhes lugar primordial nessa formação. Elas, de fato, amadurecerão as alunas em todos os sentidos. E conseguiu-lo-ão cabalmente se se tiverem em conta quatro pontos principais relativos.

a) Cada qual, filosofia e teologia, deverá ser ensinada como ciência à parte, ressaltando o objeto e o método próprio respectivamente.

b) A filosofia deve preceder a teologia para capacitar a Juniorista ao estudo científico da teologia, mediante, sobretudo, o estudo daqueles pontos mais exigidos ou pressupostos pela mesma teologia.

c) Tanto a filosofia quanto a teologia no Juniorato deve ter por objetivo específico a consolidação de uma certa maturidade de conhecimento pessoal espiritual e intelectual. Poder-se-ão sublinhar muitos pontos particulares, colocando-os em relação à vida e à responsabilidade da Irmã como Religiosa. Indigite-se a possibilidade de conciliar perfeitamente desenvolvimento espiritual e amor às tradições do Instituto em particular.

d) Relacione-se filosofia e teologia com as demais ciências já durante o estudo de ambas, já na sede das demais.

Além de fornecerem vantagens imediatas para a vida pessoal e apostólica da religiosa, devem a teologia e a filosofia adestrar a Irmã-aluna à avaliação, nos demais estudos e na corrente do pensamento atual, das conjecturas, dos erros, das decepções insistentemente inculcadas pelo mundo moderno. Segundo a "Sedes Sapientiae" a aluna não poderá contentar-se com bons resultados de exames, mas deverá buscar insistentemente a formação de um caráter que lhe garanta luz e força para todo o futuro (8).

3) Humanidades

Bem que a imortância imediata das humanidades na formação da Irmã seja menos direta que a da teologia e filosofia, não pode faltar para as mesmas um oportuno planejamento. Antes, tal planejamento é ainda mais necessário e deverá estar justamente em função da explicitação do seu valor formativo que, pelo fato de não ser tão evidente quanto na filosofia e teologia, deverá ser mais bem apresentado.

É que na filosofia e na teologia apresentam-se os princípios vitais de qualquer vida, da vida de qualquer apóstolo. Ao passo que na literatura e nas artes a verdade não se apresenta em princípios explícitos mas nas concretizações de todos os dias, através de contos, dramas, quadros, poesias. O processo será o de indução dos mesmos princípios e da sua subsequente explicitação. O trabalho das professoras será mais difícil, exigirá mais perspicácia, mais dedicação.

As artes e línguas, porém, não deverão ser ensinadas às religiosas só em função do apostolado direto. Deverão ser o estudo do bom e do belo que sempre é tal por quem quer que seja apresentado. Dever-se-á mostrar à jovem religiosa como a Igreja sempre os admira, conserva, valoriza, de qualquer providência sejam, contanto que sejam autênticos. Demonstrar-se-á

(8) Const. Ap. n.º 33.

como êles jamais se opõem à revelação embora prescindam muitas vezes da mesma.

A literatura, através da poesia, da ficção, do drama, poderá ser antidoto para um defeito fácil de se encontrar na religiosa separada de certas realidades da vida, que tanto amadurecem, aguçam o bom senso. Justamente porque as Irmãs vivem uma vida que poderia torná-las tacanhas e introvertidas (ao menos o perigo existe), convém que se aproveite da literatura como adminículo natural para obter largueza de vistas e sensibilidade de coração.

Tais adminículos poderão facilitar à religiosa a compreensão dos valores humanos mesmo prescindindo da graça. Por êles aprenderá, por exemplo, a não ver sinais extraordinários ou sobrenaturais onde êles de fato não se encontram. Fugirá do perigo de atitudes ou convições presunçosas ao próprio respeito.

Assim como a saúde corporal contribui tanto para o equilíbrio de uma vida espiritual sã, uma imaginação viva e sadia, uma inteligência aguçada pelo estudo das literaturas e artes que dizem respeito ao destino humano, serão ainda mais valiosas para formar uma verdadeira personalidade religioso-apostólica.

4) Outras matérias da formação intelectual

Sublinhamos logo de comêço a história, as ciências e a psicologia, naturalmente sempre iluminadas pela filosofia e teologia.

É que o apostolado ha de ser exercido entre pessoas humanas concretas, e o seu conhecimento cabal, além do fundamento de princípios, só pode ser amadurecido através dos fatos. Diversamente seria superficial.

Só êsses fatos fornecidos pelas ciências indicadas é que poderão vencer os sujeitos passivos do apostolado da Irmã, por exemplo, da atualidade da Igreja no mundo de hoje.

Essas ciências deverão inocular nas Irmãs (responsáveis amanhã por tão largas responsabilidades apostólicas: ensino, assistência social, enfermagem) a compreensão da amplitude, da seriedade, das dificuldades dos próprios empenhos ante a sociedade. Deverão lembrar-lhes a necessidade primordial e inadiável de transformar ao menos certo número de quantos serão alvo de seu apostolado em líderes também do apostolado leigo. Far-lhes-ão viver dentro da realidade histórica e atual sem se deixarem levar por quimeras de qualquer espécie. Despertar-lhes-ão um zelo sempre mais intenso porque mais realista e iluminado. Far-lhes-ão compreender bem cedo que não é possível levar ao bem se já não se é de antemão bom. Despojar-se-á a futura apóstola de quaisquer veleidades, ciúmes, egoísmos e demais defeitos próprios de pseudo-apóstolos, falsos sobretudo porque desconhecedores da realidade. Terá enfim capacidade de prever, planejar, organizar seu apostolado até certos detalhes imprescindíveis para a obtenção de resultados positivos.

5) Cursos profissionais

Cada Irmã deverá escolher atividade especial entre os diversos campos do apostolado religioso. A especialização propriamente dita será objeto do

nosso último estudo, sobre a formação apostólica, e deverá seguir normalmente o Juniorato mais propriamente dito. Já durante este, porém, dever-se-á construir a base comum para todas as religiosas apóstolas que, a seu tempo, se especializarão segundo a respectiva capacidade. Queremos então insistir aqui justamente na necessidade de se ministrar a todas as Junioristas a base comum oportuna para todas as especializações. Aliás ter-se-á notado a insistência para que todos os estudos estejam em função dessa formação especializada. Não será mal, por fim, que cada Irmã se vá orientando desde então para a sua especialidade.

A importância desta formação profissional de base está em particular no objetivo de evitar a formação de especialistas técnicas, divididas quiçá em grupos completamente separados e estanques, sem uma ligação comum tão importante para o mesmo apostolado como para a vida comum, o que seria indiscutivelmente pernicioso sobretudo em nossos dias em que a organização e unificação das forças apostólicas é postulado impreterível de eficiência apostólica.

6) Programa total

Poder-se-á achar muito genérico este programa de formação intelectual no Juniorato. É que nos preocupamos principalmente com a **pessoa** que o Juniorato deve formar e a **contribuição** que para seu desenvolvimento deve dar a instrução intelectual. A cada organizador, pois, dos programas em concreto, atendendo-se sobretudo aos diversos tipos de Juniorato, caberá aumentar ou mesmo reduzir as matérias indicadas.

Uma resenha mais ampla de matérias sugeriria: Filosofia, Teologia dogmática e moral, Escritura, Direito Canônico, História, Geografia, Matemáticas, Ciências físicas e naturais, Sociologia, Doutrina Social da Igreja, Psicologia experimental, Educação cívica, Pedagogia, Catequética, Língua e literatura portuguesa, alguma língua estrangeira (o espanhol é praticamente acessível a todos e tão útil).

Uma determinação, enfim, mais especificada dos programas de cada matéria, dos horários ou número de horas de aula, levará em conta as demais matérias relativas à formação espiritual, humana e apostólica, segundo quanto já foi dito ou se deverá dizer mais adiante.

C) Elementos ou subsídios para a formação intelectual

Programas perfeitos, bem planejados, já seriam elemento primordial para uma boa formação intelectual. De nada valeriam, porém, se não se tivesse em conta quanto diz respeito às professoras, biblioteca, equipamento, tempo.

1) Professoras

Ninguém ignora serem elas as grandes responsáveis pela formação intelectual das Junioristas, a ser ministrada com competência e dentro dos objetivos acima apresentados.

Lembre-se, de comêço, quanto foi dito a respeito da formação e provisão das professoras do Juniorato; segundo o pensamento da Santa Sé, tão bem cristalizado na "Sedes Sapientiae" (9).

Aqui faz-se mister lembrar que elas deverão ser boas e exemplares religiosas. Não só. Deverão gostar do seu trabalho excepcional. A falta dêsse gôsto seria uma contraindicação na sua seleção ou conservação para tal tarefa. Só com êste gôsto unido à competência poderão elas fazer as alunas estudarem com proveito, para a maior glória de Deus.

As professoras deverão constituir realmente um verdadeiro **corpo** docente. Deverão trabalhar em conjunto, com pleno entendimento, buscando a instrução total da Juniorista sempre em função da sua formação integral.

Cada qual, pois, em particular deverá estudar profundamente o significado de sua missão em face ao objetivo comum e, em especial, aos objetivos da própria especialidade, colocados ao serviço dêsse mesmo objetivo comum e empenhar-se seriamente para realizá-lo.

Não poderá a professora de um Juniorato desempenhar-se cabalmente da sua missão se não conhecer a fundo o pensamento da Igreja a respeito dos Junioratos. Deverá conhecer tôda a realidade da casa de Juniorato em que trabalha. Deverá também conhecer quanto diz respeito à formação própria do Noviciado e Postulado (pressupostos do Juniorato) e ao entrosamento dos diversos estágios de formação em função de uma formação integral. Conheça bem os Documentos Pontifícios relativos, sobretudo a Constituição "Sedes Sapientiae".

Tôda e qualquer professora de Junioristas deverá ainda e de modo especial amar suas alunas, as jovens Irmãs, com amor genuíno e factivo, deverá amar o espírito do próprio Instituto, deverá amar o seu trabalho de formadora.

Lembrar-se-á sempre de que está se desempenhando de uma parte da formação ou instrução que deve ser ministrada segundo um plano orgânico, progressivo, mediante o aproveitamento de todos os meios e métodos apropriados. Lembrar-se-á de que o fim da instrução é sempre a formação espiritual e apostólica. Premunirá as alunas contra o erro, contra certas novidades engandoras. Acostumá-las-á ao estudo diligente e incansável. Inculcar-lhes-á reverência para com o Magistério da Igreja e completa fidelidade ao mesmo em todos os tempos e lugares. Ensinará as alunas a terem prudência e critério na investigação das novas questões surgidas com os novos tempos.

Por regra geral tôda a professora de Juniorato deveria ter um bom preparo filosófico e teológico a fim de aplicar os princípios dessas ciências às próprias disciplinas e trabalhos.

Deverá ter o critério de dar à própria disciplina o lugar que lhe compete dentro da hierarquia de tôdas as demais.

Para evitar confusões e até colisões nas mentes das alunas, tôdas as professoras deveriam ter a mesma formação filosófica básica e também uma certa terminologia comum, expressão de noções principais também comuns.

(9) Const. Ap. n. 19s.; Est. Anexos, art. 30.

Nunca se esqueçam as professoras que, segundo a mente da Santa Sé (10), o estudo das suas religiosas deve manter-se num nível nada inferior ao nível de estudos paralelos ou correspondentes que fazem os leigos; antes, deveria sempre superá-lo.

Já foi dito que cada professora deve sentir-se parte de um corpo docente. Como tal deve trabalhar dentro do corpo único dos professores com visão de conjunto bem aberta. Além disso deverá explicitar um grande empenho pessoal para ser excelente professora não só enquanto possui a fundo a ciência que ministra mas ainda enquanto se demonstrará sumamente capacitada a transmitir com eficiência o próprio saber. Ao esforço de ser boa professora unirá sempre o empenho da pesquisa pelo qual nunca se deixará fossilizar nos próprios conhecimentos.

É preciso não se esquecer que condição ou meio de tal excelência magisterial e desenvolvimento cultural são a estabilidade dessas professoras no seu múnus de ensinar, a disponibilidade de tempo para o estudo, a atualização mediante cursos de aperfeiçoamento como tantos que se promovem em semanas de estudo e congressos.

As professoras, em cuja formação supõe-se tenha-se dado tempo integral, devem continuar com a possibilidade de dispor de **muito tempo** para a preparação próxima e imediata de suas aulas e para continuarem a ampliação do próprio aperfeiçoamento. Não podem, pois, absolutamente estar sobrecarregadas de aulas ou de outras incumbências que as venham desviar da sua missão especial.

Dever-se-á fornecer-lhes abundância de meios e possibilidades para se manterem sempre em dia com os progressos da própria especialização.

Deverão ser estimuladas também à produção de novos trabalhos, a novas pesquisas ou ao menos à participação aos sobreditos cursos intensivos de atualização.

Tenham as professoras a ambição de amadurecerem quanto mais e melhor as mentes de suas alunas, de modo a não serem estas cópias somente servis da própria mestra, mas mentes oportunamente autossuficientes, independentes, no sentido de poderem quanto antes enfrentarem sôzinhas as soluções de quaisquer situações em que se venham a encontrar no futuro e num futuro próximo.

Num Juniorato bem organizado a Mestra, e melhor uma outra encarregada especial diversa da Mestra das Junioristas, deveria fazer o papel do Prefeito dos estudos dos Seminários religiosos (11) como responsável por tudo quanto diz respeito à instrução intelectual, quer em relação aos alunos quer em relação aos professores.

Lembre-mos, por fim, que dada a importância de uma casa de Juniorato deveria caber unicamente ao Governo Geral a designação, conservação ou eliminação tanto dos membros dirigentes quanto docentes, a fim de que só motivos excepcionais justifiquem o seu aproveitamento para outros

(10) Const. Apost. n.º 30.

(11) Est. Anexos art. 29.

cargos dentro da Província, importantes sem dúvida, mas raramente tão importantes como o de estarem empenhados na formação e instrução das jovens religiosas (12).

2) A biblioteca e o equipamento

Além de depender o resultado da formação intelectual quer dos programas quer da eficiência do corpo docente, muito também dependerá a mesma de uma biblioteca adequada às necessidades de um Juniorato, das salas de aula e equipamento devido.

De importância primária é a biblioteca.

Deverá ter um número suficiente de volumes bem escolhidos para atender aos objetivos da instituição. A "Sedes Sapientiae", neste assunto, é bem explícita: "A Biblioteca de cada sede de estudos seja largamente provida de livros e periódicos e enriquecida sempre e continuamente de novas aquisições" (13). E ainda: "Em cada casa, haja bibliotecas bem classificadas, de fácil acesso, que devem ser aumentadas constantemente com livros e periódicos escolhidos" (14).

A questão do tamanho da biblioteca é relativa à formação que se ministra na escola em questão, devendo-se levar em conta a necessidade não só dos alunos quanto também dos professores. Em geral a mentalidade que corre entre nós a esse respeito, faz-se mister confessá-lo, é bastante tacaña. É preciso insistir muito para que se abram mais os ideais relativos às bibliotecas que são o maior recurso intelectual de uma casa de estudos. É preciso também fazer entender aos responsáveis que um dos itens mais importantes de um orçamento de uma instituição destinada ao ensino (como aliás de qualquer casa religiosa onde o amor pela cultura nunca poderia estar ausente) é justamente a quota para a biblioteca.

Em geral cabe aos responsáveis de hoje o trabalho de desbravadores, de iniciadores. Pois que se comece com essa disposição e assim no futuro não se deverão deplorar as deficiências atuais tão frequentes. Os Institutos masculinos bem servidos, no tocante a bibliotecas, nos dias de hoje, tiveram também os seus começos nada fáceis. Hoje, porém, gozam imensamente dos frutos do passado.

Os locais para a biblioteca deveriam prever um crescimento intenso da mesma para vinte anos!

Tudo, enfim, o que diz respeito ao restante equipamento de uma escola bem aparelhada deverá ser objeto das preocupações dos organizadores de um Juniorato pois disso também, e muito, depende o bom resultado dos esforços de professoras e alunas pela formação intelectual.

3) Tempo para estudar

A metodologia, por mais que insista na necessidade da aula como na sua excelência, supõe igualmente que o aluno tenha ao depois a possibilidade

(12) Est. Anexos art. 25, §2, 3.º.

(13) Est. Anexos art. 30, § 5, 4.º; Cf. tb. art. 23 § 2, 3.º.

(14) Est. Anexos art. 50, § 2.

de rever por própria conta a matéria exposta pelo professor, a fim de assimilá-la, fazê-la sua. Para cada hora de aula dever-se-ia fornecer aos alunos o mínimo de duas horas de estudo para o relativo trabalho pessoal.

O período do juniorato é relativamente curto para as Irmãs que têm esta única oportunidade de se dedicarem inteiramente ao estudo. E se esse tempo não fôr integralmente dedicado ao mesmo, com o proporcionar-se às alunas tempo para esse trabalho pessoal, então será fácil constatarem-se deficiências perniciosas na mesma formação intelectual, que podem projetar-se em tôda a sua vida de apostolado.

Não prover tempo necessário para estudar é pôr a jovem religiosa na condição de alguém que deve satisfazer a um amplo programa de formação sem os meios necessários para sua concretização. É implicitamente convencer à jovem Irmã que as soluções medíocres do problema de sua formação intelectual são a condição de fato com que poderá e até deverá se contentar. É afirmação prática em favor da **mediocridade** e quase sua exaltação.

O fato de muitas das jovens Irmãs terem vindo de ambientes ou escolas de nível cultural baixo, de nunca terem adquirido verdadeiro hábito de estudo, é uma razão a mais para, mediante o aproveitamento do tempo integral no estudo, que lhes será fornecido também integralmente, exercitá-las ou acostumá-las a essa aplicação com que deverão depois estudar durante tôda a vida.

Quantas iniciativas excelentes poder-se-ão alimentar no Juniorato, caso haja tempo para as mesmas! Assim, por exemplo, o estudo em equipe, as repetições, as disputas ou discussões, os círculos de estudo ou seminários. Quanto prejuízo numa formação intelectual em que não haja tempo para estudar.

Organizações de Junioratos em que as alunas, além de serem tais, são professoras, dirigentes e responsáveis de obras apostólicas mesmo não muito empenhativas, ou em que devem fazer um sem número de cursos e coisas, são puras utopias ou disfarces mais ou menos felizes de Junioratos que, se não forem diretamente contraproducentes, por exemplo com o esgotamento precoce e às vêzes fatal das forças físicas e psíquicas da pobre jovem, serão sem dúvida escolas de superficialidade e mediocridade com as mais deletérias consequências em tôda a vida da religiosa. Pelo contrário, quanto não se multiplicará no futuro o tempo sàbiamente empregado numa formação integral, tempo não só suficiente para estudar as lições mas ainda para ampliar os conhecimentos relativos ou outros condizentes com a vocação da jovem religiosa.

D) Conclusão

Neste artigo sôbre a formação intelectual no Juniorato contentamos-nos em indicar, em largos traços o mesmo programa dessa formação e nos detivemos mais sôbre o objetivo da mesma. É que os pormenores dos programas e mais ainda dos horários só podem ser estudados em concreto por cada Instituto, como ainda por cada casa de formação. Fica, porém, fora de

dúvida que tal determinação até pormenorizada de programas e horários é elemento indispensável para se conseguir à perfeição os frutos que se devem almejar.

Indicivelmente, nesta organização determinada e concreta devem-se fazer as devidas adaptações que as circunstâncias e as pessoas exigirem. Nunca, porém, se esqueça que o alvo é sempre o mesmo para qualquer hipótese: buscar sempre o **maior** bem das Junioristas, i. é, a sua melhor formação intelectual. Além disso é preciso ter sempre de mira uma organização de formação intelectual dentro do plano orgânico de tãda a formação integral, como tantas vêzes já foi dito.

Não podemos deixar de concluir quanto aqui vai a respeito da formação intelectual, lembrando que os tempos estão a exigir dos futuros apóstolos esforços excepcionais. Não podemos iludir-nos a êsse respeito. Devemos mesmo pedir muito a Deus N. Senhor, ao Senhor da Messe, que faça entender a todos os responsáveis da formação ser sua missão, no dizer do Pe. Gambari, "promover o pleno desenvolvimento e aproveitamento dos tesouros e recursos da vocação religiosa, quer coletiva quer individualmente" (15). Não nos abatam as dificuldades de diversos tipos que sem dúvida virão dificultar a realização dos objetivos acima expostos, inclusive a incompreensão e a mesma derisão dos conformistas, dos que não querem vencer as dificuldades próprias da situação. Com ação resoluta, prudente, unida à oração confiante, faz-se mister responder oportunamente aos apelos da Igreja, que são os apelos do mesmo Cristo, em prol do aprimoramento daquelas que serão operárias dos campos de sua Messe.

(15) Cf. Rev. da CRB, abril de 1961, p. 201.

A CATEQUESE EUCARÍSTICA EM UM MUNDO TRANSFORMADO

Pe. Dr. Frei Guido Vlasman OFM

(Continuação do número anterior)

Um novo catecismo

Mas será que a criança não deve decorar nada então? Certamente! A memorização é um elemento necessário em todo o ensino, também da religião. Parece-me que os nossos "livrinhos para os alunos" — que felizmente não têm mais nada em comum com os catecismos oficiais — caíram no lado aposto: não há mais quase nada a memorizar! Todavia, creio que a memorização é um método pedagógico básico, certamente para as crianças pequenas e os analfabetos. A repetição de textos ritmados ou de cantos catequéticos devia ser um dos métodos catequéticos indispensáveis para o nosso ambiente, assim como é ainda o método pedagógico entre os Judeus e no oriente. Num ambiente onde não há cultura de livros, deve este método de ensino oral com repetição de textos ser o método fundamental.

Mas então, não seria muito melhor e mais eficiente se as crianças memorizassem os textos da Sagrada Escritura e da Liturgia? Não seria mesmo possível criar um "catecismo" que tire os seus textos-a-decorar das verdadeiras fontes de saber religioso, textos de valor eterno como a própria palavra de Deus é eterna? Em vez disso reproduzem os tais "catecismos oficiais" textos que provêm da cabeça de um ou outro homem, mesmo teólogo, e mesmo bem entendido e com a melhor das intenções... Toda a nossa catequese, aliás, devia ser impregnada de um vocabulário escriturístico e litúrgico. Não devemos ter medo que a criança não nos compreenderá. Também a formulação teológica do catecismo ela não a compreende, na maioria das vezes. O texto evangélico, no entanto, é Vida, revela o mistério, e o mistério leva à Vida; mas não assim a fórmula concisa, mesmo bem compreendida. E a lembrança do brano evangélico, nos momentos da vida em que o homem precisa de apoio, dará mais força e consolo, do que a recordação de uma resposta teológica do nosso catecismo... (18).

18. Será sem dúvida difícil encontrar um texto escriturístico para todo o conhecimento teológico que possuímos atualmente. E querer ficar só com o texto escriturístico seria desconhecer e menosprezar a tradição contínua e viva da Igreja que, sob inspiração do Espírito Santo e com a sua assistência, aprofunda sempre o mistério. Mas também a liturgia contém muitos textos utilizáveis, e tem a vantagem que sempre volta, regularmente, também depois de terminada a catequização. Mas é claro que mesmo assim nem todo o conhecimento teológico se encontra formulado. O fato de haver 7 sacramentos p. ex. não está assim formulado na Sagrada Escritura, nem na Liturgia, pelo que me consta. O que interessa, porém, à catequese não é a memorização fria de uma fórmula seca, mas a memorização de um texto "vital", que contém algo mais do que o puro fato teológico. É mais "vital" mandar decorar as crianças: "Jesus e a Igreja nos ajudam a nascer, crescer e ficar grandes como cristãos pelos 7 sacramentos" do que a fria constatação: "Há 7 sacramentos".

Com o aparecimento do catecismo das dioceses alemãs (19), e a consciência dos princípios que levaram à sua confecção, desaparecerá sem dúvida totalmente o catecismo em perguntas e respostas como livro didático. E não apenas porque exigiam demais das crianças, nem mesmo porque não observariam as leis psico-pedagógicas. A causa está mais profunda ainda.

Com muita razão observa F-X. Arnold que a renovação catequética dos últimos tempos não é tanto questão de método, mas de "kerygma material": as mudanças aparentemente formais e metodológicas se mostram, observadas de perto, impostas pelo conteúdo (20). O conteúdo teológico, antes formulado e disposto a exemplo dos manuais de teologia dogmática, vem sendo orientado agora por uma teologia kerygmática, uma teologia que quer ser anunciada; a catequese, antes orientada para um certo intelectualismo exclusivo, quer cumprir agora a sua finalidade total, i. é, apresentar ao fiel um aprofundamento vital do mistério e uma visão vivida da imensa riqueza que comporta a totalidade da Revelação divina (21). A catequese não tem como finalidade **explicar a doutrina mas proclamar o mistério da Salvação!**

E os resultados...

A teologia está com razão longe do povo. Ora, não nos deve admirar então que uma catequese, determinada pelos princípios e pelo conteúdo desta mesma teologia, uma catequese portanto que apresentava a doutrina em pedaços e se limitava muitas vezes à memorização de algumas fórmulas incompreensíveis e incompreendidas, não nos deve admirar que uma tal catequese não fôsse capaz de dar nem mesmo uma base intelectual para a prática religiosa. Assim como a teologia estava longe do povo, assim também o conhecimento da doutrina, comunicada na catequese.

Ida Friederika Görres escreveu uma página que vale a pena ser meditada por todos os catequistas (22). "Muita gente, escreve ela, fica toda a sua vida parada numa fé incompleta, infrutífera, impotente, numa fé que habita apenas um cantinho da sua inteligência ou mesmo da sua memória, numa fé que consiste em algumas perguntas do catecismo e alguns folclóres religiosos nas grandes festas. Conhecemos todos aquela gente, cuja fisionomia espiritual faz pensar num corpo paleolítico: assim como do corpo de um homem forte e bem desenvolvido pende uma mão pequenina, crespada e inutilizável, assim pende do espírito deles, pelo resto bem desenvolvido, um apêndice miserável de imaginações imaturas que eles chamam "a fé da

19. Traduzido também em português: Catecismo Católico.

20. *II ministero della fede*, p. 94; cfr. tb. M. MEIER, *Problemas da renovação catequética*, in REB, 19 (1959) p. 8-18.

21. Escreve F. X. Arnold, na obra citada: "Una delle grande esperienze di queste due guerre consiste evidentemente in questo, che noi con una formazione della coscienza, con un insegnamento religioso che va troppo ai dettagli, non siamo cresciuti alla vita". (p. 101).

22. Citada em O. Mosbramer: *Priester en Vrouw*, Helmand, 1960, p. 188.

minha infância"... "Nunca perdi a fé da minha infância"...! Sim, parece mesmo!"

E oxalá tivesse pelo menos isto ainda, pois que seria algo. O Pe. Leão Douven, num artigo recente na REB, fala até de "um povo não-evangelizado", um povo que foi batizado mas não iniciado na vida cristã através da evangelização da Igreja (23). Não nos deve admirar então que a piedade religiosa e a prática da religião — que não encontraram alimento que pudessem aproveitar num ensino sêco e sem vida, ou que não encontraram alimento algum — que a piedade religiosa se voltou para alguns pontos periféricos da religião, como a devoção aos santos e o medo do inferno e que a prática religiosa se tornou mais uma prática "social" do que religiosa.

Um princípio unificante

A catequese do nosso tempo deve levar em conta esta situação, deve ser uma verdadeira evangelização, uma proclamação do mistério da Salvação, uma iniciação vital neste mesmo mistério. Mas para cumprir esta sua finalidade, deve ela encontrar um princípio unificante, uma verdade religiosa básica e fundamental, que é Vida e que indica o Caminho, que ajuda e consola, que é um mistério inexaurível, e nunca assás meditado, mas de outro lado também um mistério claro e evidente, compreensível na proporção de cada indivíduo.

Não basta, com efeito, dar a maior quantidade possível de noções particulares, sem nenhum nexó entre si: o resultado seria que a maior parte destas noções cairia no olvido, necessariamente; e o catequizando ficaria apenas com **algumas** noções particulares. É uma consequência inevitável, quando "despedaçamos" a doutrina... Será necessário organizar estas particularidades em redor de um centro comum que reduz a multiplicidade dispersa à unidade do todo.

Nos últimos anos se pensou e se publicou bastante a respeito deste problema (24). Parece-me, porém, que as soluções propostas se limitam por demais à estruturação interna de conceitos em redor de um conceito central. As soluções ficam apenas num plano estritamente doutrinal, sem que se leve em consideração o aspecto pastoral da catequese, que deve, no próprio princípio unificante, receber a sua expressão.

A catequese deve no entanto encontrar um princípio, **uma verdade religiosa básica, que de um lado reuna em si a totalidade da doutrina católica na sua essência pastoral, mas que de outro lado seja ao mesmo tempo a expressão máxima e central da vivência da fé, o centro da prática religiosa.**

23. P. Leão Douven, Sugestões para as missões paroquiais, REB 22 (1963) p. 968.

24. cfr. J. HOFINGER, *Die rechte Gliederung des katechetischen Lehrstoffes, in Lumen Vitae*, 2 (1947) (p. 719-746; J. JUNGSMANN, *Catechetica*, p. 109-141; D. LLORENTE, *El plan del catecismo y la concentración interna, in Síntese*, 1 (1960) p. 135-142. etc.

A salvação em ato.

E', creio, sem mais nada claro, que um tal princípio deve estar centralizado **no conceito de Salvação**. O que há de mais pastoral, e de mais importante e fundamental, do que a ação salvífica de Deus e a ação co-salvífica do homem? Não é ela o cerne da mensagem de Cristo, da Boa-Nova: a salvação eterna nos seus vários aspectos, positivos e negativos? A salvação inclui a glorificação do Pai, a construção do seu Reino, a comunidade dos remidos, a ação de Deus por Cristo e sua Igreja; mas o mesmo conceito de salvação inclui também a necessidade da ação correspondente do homem, a "prática religiosa". A salvação não é apenas dada, mas deve ser também aceita! O princípio unificante, em correspondência com o primeiro aspecto da catequese, i. é dirigido ao objeto da fé, deve ser o conceito da Salvação.

Mas devemos ir mais adiante. A salvação como tal é ainda um conceito, uma doutrina só. Devemos concretizar êste conceito, atualizar e individualizar a salvação que é antes de tudo uma ação. Onde encontrar esta ação salvífica, no seu centro unificante e fundamental? Onde e como se realiza a ação de Deus por Cristo e a Igreja, e onde encontra o homem, por Cristo e na Igreja, a expressão maior da sua cooperação?

Não precisamos procurar muito longe, pois a salvação se realiza ainda, cada dia, entre nós. O sacramento, sinal eficiente da ação salvífica de Deus (opus operatum) e da aceitação do homem (opus operantis) é a concretização da salvação-em-ação no momento atual da história da salvação. É mais ainda o sacramento central, para o qual convergem todos os outros, o mistério eucarístico.

De fato, a Eucaristia é o centro da história da salvação no sacrifício de Cristo, resumo e síntese sacramentais de todo o mistério salvífico, e ao mesmo tempo realização máxima desta mesma salvação, sinal (proclamação) eficiente (realização) da ação salvífica de Deus e da cooperação do homem.

A Eucaristia, centro de polarização pastoral

A Eucaristia é o ato essencial da vida cristã: de fato, **ser cristão** no seu sentido dinâmico e pastoral é essencialmente **fazer a Páscoa**; e isto é a mesma coisa que **viver como cristão**. Pois **fazer a Páscoa** quer dizer **em Cristo e por Ele ir ao Pai**. A Páscoa é a volta ao Pai, conduzida por Cristo, nosso Salvador, animada pelo Espírito Santo, efetuada na Igreja e em união com ela. A Páscoa é seguir a Cristo, através a paixão, morte e ressurreição, à vida em união com Deus: a Páscoa é, numa palavra, a Salvação.

Ora, celebrar a Eucaristia é entrar no dinamismo da vida pascal que tira o homem do pecado e o faz viver a vida da graça em Cristo, na sua Igreja; participar na Eucaristia é participar na morte e ressurreição de Cristo, ponto de partida para nossa vida de morte e ressurreição cristã que inclui toda uma moral realmente cristã.

Ser cristão é também pertencer ao Reino de Deus, ser membro da família de Deus pela salvação de Cristo Jesus; ora, a Eucaristia é a refeição sacrificial do Reino de Deus; ela reúne e une o povo de Deus e realiza uma

sempre maior participação no reino de Deus, pela redenção sempre atual de Cristo. Ela anuncia e realiza a união fraterna em Cristo.

A Eucaristia é também a forma máxima de Salvação, centro da história salvífica da Igreja, no momento concreto em que ela vive, marcando cada vez de novo a salvação do homem concreto em cada momento da história salvífica individual deste. Ela é a forma máxima de salvação objetiva, no momento sacramental da história da Salvação, pela presença sacramental do único sacrifício de Cristo, que é a essência da Vida de Cristo e a finalidade da Incarnação: louvor e glória ao Pai, remissão aos homens. Assim ela é a oração máxima de culto, de adoração, ação de graças, perdão e petição. Mas ela também é a forma máxima pela qual a ação salvífica de Deus por Cristo se realiza no homem individual em toda a sua plenitude. Por isso ela requer e exige a participação consciente e pessoal do cristão adulto, para que este se salve subjetivamente: sem esta cooperação do homem não há salvação subjetiva. Na Eucaristia participa ele na ação sacrificial de Jesus, sacramentalmente presente, precisamente para possibilitar esta participação. Assim pode o homem unir-se ao culto desinteressado ao Pai, esperando da benevolência divina a graça salvífica para si mesmo. A Eucaristia é por isso o centro e auge da "prática religiosa": sem esta participação na Eucaristia não pode o cristão ser chamado "adulto", plenamente remido em Cristo.

A Eucaristia é, finalmente, sinal eficiente da refeição celestial, anúncio e realização incoativa da única Páscoa: ela é penhor e antecipação da vida eterna (25).

A Eucaristia, princípio unificante total

A celebração eucarística contém doutrinalmente, proclama catequeticamente, e realiza vitalmente a Salvação, que é a mensagem de Cristo para com o homem. Nela (na sua liturgia, nos seus textos, ritos e gestos) se expressam as verdades fundamentais da doutrina cristã, a revelação da Paternidade de Deus, da redenção pela mediação do Seu Filho, Cristo Nosso Senhor, a união de nós, filhos de Deus, na Igreja pelo Espírito de Amor, e a vida eterna, em união com a Santíssima Trindade, ou a morte eterna, como rejeição desta união. Nela se exprime e se anuncia toda a história da salvação, a criação, o pecado, a preparação para a vinda do Salvador, e a salvação mesma, concretizada (26). Mas não apenas ela expressa e anuncia estes mistérios todos, mas nela podemos viver existencialmente estas verdades, nela podemos "praticar a fé", exprimir pessoalmente e conscientemente a nossa fé nestas verdades, e não apenas interiormente, mas com todo o nosso ser e todas as nossas faculdades.

E ainda, pela graça indizível de Deus, se há de aumentar a nossa fé e a nossa esperança e caridade, precisamente pela nossa "prática sacramental" da fé, esperança e caridade na celebração eucarística. O sacramento

25. cfr. para estas idéias COUDREAU, *Catéchèse eucharistique et initiation chrétienne*, in *Catéchistes*, 4 (1954) p. 161-165.

26. *Catechetica*, p. 247.

realiza o que significa e proclama, é realmente eficiente, quando realmente aceito pelo homem.

Assim se reúne, no mistério eucarístico, toda a doutrina cristã na sua essência pastoral, e de outro lado é a sua celebração a experiência vital máxima de religiosidade, o centro da prática religiosa, a expressão existencial da fé concreta de cada indivíduo. Todas estas realidades, contidas no mistério eucarístico, põem-nos no centro da história da salvação, do mistério e da vida cristãs, da Páscoa de Cristo que deve tornar-se a nossa Páscoa. A Eucaristia não é, por isso, o centro da história da salvação objetiva, mas o é subjetivamente, no momento atual-concreto da história da Igreja, no momento atual-concreto da história salvífica do homem. Ou, em outras palavras, **a Eucaristia é o centro pastoral da Salvação atual.**

Vendo assim a Eucaristia, (e este é o modo de ver do Concílio!) como o centro da vida salvífica em ação, cuja comunicação se iniciou e se completou no batismo e na confirmação, cuja restauração se obtém pelos sacramentos de penitência e dos santos óleos, cuja continuação é garantida pelos sacramentos sociais de matrimônio e sacerdócio, e que alcança a sua plenitude e maturação completa e vital no sacramento central, na Eucaristia, vendo nesta luz a doutrina cristã, podemos com Jungmann afirmar que **a tarefa fundamental da catequese é a formação à vida sacramentária e litúrgica da Igreja (27)**. E podemos, com o mesmo Jungmann, perguntar-nos se o desinteresse, mostrado até agora por esta verdade, não será a indicação de um intelectualismo invencível que não se interessa pela própria vida cristã...

O Princípio unificante na catequese do passado

Mas onde vemos na nossa catequese tradicional o lugar central da Eucaristia; onde encontrar um princípio polarizante doutrinário e pastoral de vida cristã, a que a catequese quer formar? A especulação teológica sistematizou também o catecismo. O princípio de unidade parecia ser: tudo a seu tempo! A doutrina inteira, explicada e dada em bocadinhos, era vista e interpretada também sob um prisma moral: a pergunta básica do catecismo parecia ser: para que estamos na terra? E a resposta a esta pergunta dividia a matéria em três partes, pois para servir a Deus deve-se: 1) crer em tudo o que Deus revelou, i. é crer nos doze artigos do símbolo dos Apóstolos; 2) observar os mandamentos da lei de Deus e da Igreja e 3) servir-se dos meios da graça que são os sete sacramentos (28). Deste modo era dado ao cristianismo o aspecto de um conjunto de deveres impostos, em vez de ser

27 cfr. p. ex. E. FOURNIER, *Predication Pastorale et Renouveau liturgique*, (Bruxelles, 1963) que se baseia para a explicação do Credo inteiramente nos textos litúrgicos do missal.

28. Esta divisão do catecismo em dogmática, moral e sacramentologia provém talvez antes da divisão das disciplinas teológicas. O prisma, sob o qual eram encaradas estas partes era, todavia, moral, em dependência da primeira pergunta do catecismo: "Para que estamos na terra". O catecismo oficial da "communion solennelle" da diocese de Toulouse declara por isso, que não

anúncio da Boa Nova, diz Jungmann (29). E mais ainda, parece-me que êste modo de tratar a doutrina não observa a verdade fundamental do Novo Testamento que nos veio declarar que a vida do cristão não é orientada por deveres em primeiro lugar, mas pela ação salvífica de Deus com a qual o homem deve cooperar, pelo chamado de Deus ao qual o homem deve responder; e que esta vida se recebe e se desenvolve pelos sacramentos!

Na catequese tradicional, porém, não aparece esta verdade fundamental, e nem aparece mesmo um princípio unificante. A doutrina cristã é dividida em três partes: uma parte dogmática, uma parte moral e uma parte sacramentária. E mesmo estas partes em si não se apresentam como uma unidade. As verdades dogmáticas são tratadas separadamente, sem algum nexo entre si e sem relação com o conjunto da doutrina. Na parte moral tratam-se os dez mandamentos, um por um, e por cima ainda dos cinco mandamentos da Igreja, mas se esquece de anotar o mandamento maior do Novo Testamento, o mandamento fundamental para a vida cristã que unifica, explica e mesmo "cristianiza" os dez mandamentos da Antiga Lei, o mandamento da caridade (30). E na parte sacramentária se fala dos sete sacramentos, entre os quais a Eucaristia é o terceiro — e portanto tratado em terceiro lugar — esquecendo-se de que a Eucaristia é o sacramento para o qual convergem todos os outros, como os grandes teólogos não deixam de anotar.

Ao lado da parte doutrinária existe ainda uma catequese bíblica que muitas vezes não é mais do que uma "história profana" da história sagrada, em que não se vê a revelação progressiva de Deus e as lutas do povo eleito para corresponder a esta Revelação e aceitá-la. E o texto sacro, mesmo, entretanto era mais usado como repertório de citações utilizáveis (como os de santos e pregadores) em vez de ser a própria fonte da Boa-Nova. A fonte, em vez, era o manual de teologia!

E por fim havia ainda uma catequese litúrgica em que se explicavam os ritos (e as rubricas) das cerimônias da igreja, um por um, despedaçando também aqui a unidade das celebrações litúrgicas. Assim se cortou toda a religião em pedaços.

A Eucaristia e a catequese

Vejamos p. ex. a preparação para a primeira comunhão. O fato mesmo da primeira comunhão e o seu sentido teológico e pastoral (se era tratado), era uma verdade ao lado de tantas outras (Deus Criador e Pai, a criação e o pecado, a salvação por Jesus, a confissão e a comunhão; são estas

conservou a divisão tradicional, mas queria realizar "uma mistura mais complexa e mais concreta, evitando assim dissociar verdades que são conexas."

29. *Catechetica*, p. 111.

30. H. WORONIECKI, não de todo sem razão acusa o ensino moral dos catecismos de terem ficado na moral do Antigo Testamento! cfr. *La place des préceptes de charité dans l'enseignement du catéchisme*, in *Angelicum*, 25 (1948) p. 18-26.

as verdades às quais se reduz a preparação da primeira comunhão) (31), enquanto êste fato devia ser — e facilmente pode ser — algo que a cada passo desta catequese de iniciação (pois a preparação para a primeira comunhão é uma catequese de iniciação, uma espécie de catecumenado para o último dos sacramentos iniciais) reúne em si as verdades tratadas; estas deviam ser explicadas em função da primeira comunhão, receber um lugar vital na celebração litúrgica da festa mesma, encontrar na celebração eucarística uma possibilidade de ser vivida — e vivificada — também depois da festa mesma: a celebração eucarística do dia da primeira comunhão devia ser a resposta pessoal e consciente da parte da criança ao anúncio da parte de Deus pelo catequista.

A preparação para a primeira comunhão receberá assim uma feição totalmente diferente, a feição de uma verdadeira iniciação vital, prática, ativa no cerne do mistério salvífico em ação. Ela realizará então a sua finalidade, i. é iniciar no mistério eucarístico, levar a criança à realização plena da salvação. E ainda dará um fundamento duradouro para tôda a vida do catequizando, que êste pode aprofundar cada vez que participa no mistério eucarístico. E a partir da Eucaristia, fonte vital de vida cristã, o homem poderá realizar e concretizar a salvação na sua vida profana e no seu mundo.

Assim deve e pode a Eucaristia ser o princípio polarizante de tôda a catequese. Se esta quer realmente levar o homem a uma vida cristã consciente — em que também o conhecimento da doutrina tem o seu lugar, mas então como um conhecimento vital e existencial, uma fé vivida e professada — deve ela ser orientada pelos sacramentos, fontes de vida cristã, e se dirigir ao centro da vida cristã, a Eucaristia. Não no sentido de que a Eucaristia deve ser colocada como o fim do programa de catequese tôda, a última aula que resuma tudo; não, mas cada aula deve orientar-se dinamicamente para a Eucaristia, já que esta é a expressão vital e a prática religiosa por excelência de cada uma das verdades que na aula se acaba de anunciar.

Quando vemos realmente a Eucaristia como uma ação salvífica de Deus na Igreja, como a proclamação de todo o mistério da salvação em sua essência pastoral, como também a possibilidade atual de a humanidade inteira e cada homem em particular participarem nesta salvação, creio que com razão a Eucaristia pode e deve ser chamada "a corôa de tôda a catequese" (Catequese de Jerusalem) e a iniciação nela "a tarefa central de nossa catequese" (Jungmann) de tal modo que "o ensino religioso não cumpriu com a sua função quando não fez conhecer a Santa Missa, amá-la e par-

31. Por exemplo o *Pequeno catecismo para a primeira comunhão*, (Rio, 1958) fala nas suas 22 lições só em três lições sobre a Eucaristia. O *Catecismo da primeira comunhão* das edições paulinas (São Paulo, 1954) tem 10 perguntas das 82 sobre a Eucaristia. Mais evidente neste sentido são ainda L. G. JAEGER, *Nosso neopentente e neocumungante*, (São Paulo, 1958), J. MICHEL, *A primeira comunhão das criancinhas*, (S. Paulo, 1923), A. DE LA VALETTE MOBRUN, *O pequeno catecismo da primeira comunhão* (Montligeon, 1912) etc. Catequese que em cada lição têm indicações litúrgicas, geralmente em relação com a Missa são p. ex. A NEGROMENTE, *Preparação para a primeira comunhão*, (Rio, 1961) p. 83-210, L. LOPES, *Catequese dos pequenos*, (Rio 1960) e. o.

tipicar ativamente nela" (B. Fischer) (32). A Eucaristia é o ponto central ao qual a catequese — que quer ser iniciação no mistério da salvação afim de que o homem viva este mistério — deve levar. Cada nova verdade religiosa, na catequese proposta à fé do homem, deve receber ao mesmo tempo a possibilidade de ser expressa (como confissão da fé recebida) e vivida na celebração eucarística, sempre interada. Parece-nos esta a tarefa pastoral por excelência da catequese.

A renovação litúrgica e catequética

Devemos conceder, porém — e com isto terminamos este primeiro artigo — que para aceitar este princípio será necessário aceitar um modo de ver e viver a Eucaristia, que ainda não é comum entre o povo, nem mesmo entre os catequistas.

Em primeiro lugar supõe a realização desta catequese uma renovação fundamental do conteúdo doutrinal da catequese eucarística, uma renovação "kerygmática-material", como a chama F. X. Arnold, em oposição à renovação metodológica formal. Esta renovação será a primeira condição para se poder organizar uma tal "catequese pastoral". A teologia recente já aceitou inteiramente este modo de ver a Eucaristia, se bem que discute ainda, e discutirá sempre (pois só assim pode aprofundar o conhecimento deste grande mistério) algumas particularidades (33).

Este modo de ver a Eucaristia não é novo, pelo contrário! Mas não é ainda o modo comum de ver e tratá-la na nossa catequese. Num artigo seguinte queremos analisar mais de perto esta catequese eucarística tradicional, indicando as suas deficiências teológicas, para no terceiro artigo tratar da renovação doutrinal da C. E.

Mas uma teologia renovada e uma catequese adaptada não bastam, quando estas não encontram na própria celebração eucarística a possibilidade de ser vividas e praticadas. O princípio de "pastoral de conjunto" de que se fala tanto hoje, se deve dirigir antes de tudo para a pastoral paróquial em si. Não adianta ter uma organização perfeita da catequese, quando a vida litúrgica da paróquia desconhece a Renovação Litúrgica, assim como

32. cfr. B. FISCHER. curso inédito no Instituto Superior Catequético "Lumen Vitae", Bruxelas, 1962-3, p. 1. Também Santo Tomás não estranharia esta idéia. Com efeito escreve D. LLORENTE no seu *Tratado elemental de Pedagogia catequística*: "Segun enseña Santo Tomás, el interprete mas fiel de doctrina tradicional de la Iglesia Catolica, la Eucaristia... es el punto central al que todo deve converger en la Religion". O próprio autor pensa também que a Eucaristia deve ser o centro da catequese (cfr. p. 375) J. M. LAMBERT, (*L'Éducation eucharistique des enfants*, Paris, 1912) já fundamentava este princípio no Concílio de Trento. Estes últimos autores, porém, deduzem-no exclusivamente da presença real do Autor da graça na Eucaristia. A Eucaristia é muito mais do que isso só; como vimos.

33. Na REB iniciarei uma série de três artigos, sobre os aspectos teológicos que recentemente vem sendo acentuados na teologia da Eucaristia. Estes três artigos (uma espécie de teologia pastoral da Eucaristia) são a base teológica para uma boa compreensão da presente série que é mais catequética e prática.

não adianta ter uma vida litúrgica perfeita na paróquia, quando esta não vive uma vida comunitária e apostólica etc. "Pastoral de conjunto" quer dizer também uma renovação em todos os campos vitais da ação salvífica paroquial. O lugar fundamental e indubitavelmente primeiro em ordem cronológica, tem nesta renovação a catequese, a educação religiosa, seja na escola, seja na pregação dominical ou qualquer que sejam os meios de evangelização moderna em uso. Sem uma proclamação da Boa-Nova não há Salvação, e sem uma formação teológica lenta e progressiva mas básica da comunidade paroquial não pode haver uma verdadeira renovação litúrgica. O homem deve saber porque faz, para poder fazer algo humanamente! E' precisamente esta a tarefa da catequese!

Bruxelas 2-3-63

Edições Paulinas — Discos

APRESENTA: mais uma coleção de LP. para alegria e conforto da família brasileira.

A VIDA DE JESUS

Numa dramatização perfeita dos maiores mistérios divinos, com fundo musical brilhante e colorido.

Ouvindo esta mensagem de Paz e de Amor, ocorrem espontâneas à nossa mente, as palavras do Mestre Divino: "Vinde a mim todos os que trabalhais e sofreis e eu vos aliviarei" Mt. 11, 28.

Aproximemo-nos confiantes de Jesus, para ouvir sua palavra de AMOR, de CONFORTO, de PAZ e de PERDÃO.

Obra inédita que se presta magistralmente para representações teatrais.

A VIDA DE JESUS

N. 1 Face A: Infância de Jesus. Face B: Ensinamentos de Jesus.

N. 2 Face A: Milagres de Jesus. Face B: Parábolas de Jesus.

N. 3 Face A: Paixão e morte de Jesus. Face B: Ressurreição e Ascensão.

Cada Disco: Cr\$ 1.300,00

Coleção: Cr\$ 5.000,00

FORMAÇÃO SEMINARÍSTICA

"COMO PREPARAR PARA O SACERDÓCIO, SEM INUTILIZAR PARA A VIDA"?

Pe. Gilberto Pereira Lopes
Reitor do Seminário de Brodosqui

Não é fácil responder à pergunta formulada. A resposta implica sobretudo, ao meu ver, em uma organização de Seminário, difícil de ser realizada. Entretanto, idéias nos são apresentadas, pelas diretrizes da Igreja e por conceitos pedagógicos, que nos ajudam a tentar um Seminário ideal, em que se preparem, de modo conveniente, os futuros sacerdotes de Deus.

No que se refere às diretrizes para a organização de um educandário, onde se forma para o Sacerdócio, sem inutilizar para a vida, creio que estamos bem documentados nas idéias básicas que nos apresentam a "Menti Nostrae" e a Carta da Sagrada Congregação dos Seminários, por ocasião do Centenário de São Vicente de Paulo.

Três idéias presidem esta exposição, respigadas nas referidas fontes. Para formar, pois, para o sacerdócio, sem inutilizar para a vida, é preciso:

- I — Formar homens honestos. "Costuma repertir-se, e com muita verdade, que antes de formar sacerdotes, os educadores dos nossos Seminários deveriam preocupar-se com formar homens honestos, que-endo-se com isto sublinhar tôda a importância que têm os valores humanos, na formação duma personalidade sacerdotal completa. E é este também o genuíno pensar da Igreja... "(Carta do Centenário S.V. de P).
- II — Educar, "segundo a idade". "Portanto tudo o que é inatural nada tem a ver com a virtude cristã e sacerdotal; e uma obra de educação desdenhosa e niveladora, mesmo se empreendida em nome dos valores mais santos, não passaria de estúpida mistificação "(Carta citada, do Centenário de São Vicente de Paulo).
- III — Sólida e autêntica formação cristã. "Há facilmente o perigo de que aos exercícios externos de piedade não corresponda um movimento interior da alma..." (Menti Nostrae).

I — Formar homens honestos

Para formar homens honestos é preciso: A) Não renegar o homem. B) Valorizar aquilo que o Homem é por natureza. C) Valorizar aquilo que o Homem é pela Graça de Deus.

Não renegar o homem significa, antes de tudo, uma opção, se assim podemos dizer, metafísica, em que nada, fora do homem, é um fim em educação.

A) Não renegar o homem

Educar é preparar o Homem para que êle, na liberdade de sua escolha alegre, se entregue ao Senhor, para fazer-lhe a Vontade Soberana, dentro dos caminhos que a mesma Providência preparou para cada indivíduo singular. "Tudo é vosso, mas vós sois de Cristo..." Neste sentido, nem o Estado, nem a Classe, nem a Profissão, podem ser meta em educação. Não se pode mesmo formar alguém para membro de uma Comunidade Religiosa. A educação tende a colocar a Pessoa em situação tal que ela seja capaz de livremente escolher seus caminhos, conforme a Graça e Apêlo do Senhor.

1 — **É necessário não "massificar"**. Olhar antes para uma formação personalista em que haja cuidado particular em atender às necessidades individuais de formação. Isto se realiza quando os educadores podem:

a) notar o temperamento de cada aluno. Um emotivo-ativo-primário não pode ter o mesmo tratamento e orientação que um temperamento amorfo, por exemplo. Neste sentido, o tratamento igual para todos seria um desastre.

b) Uma educação personalista leva em consideração os elementos de hereditariedade. Qualquer que seja a posição de alguém, no que se refere à definição dos elementos que constituem a hereditariedade, creio que elementos existem que não podem ser postos em dúvida. E existe, outrossim, todo o peso que êles exercem, na formação do caráter.

c) Nós não podemos afirmar que "o essencial da personalidade está construído até os seis anos". Mas não podemos também desconhecer as influências reais e poderosas que exerce a presença dos pais, nos primeiros anos da formação da personalidade. São constatados e constatáveis os efeitos de uma educação em que faltaram os pais, na sua missão inicial. As crianças educadas longe do quente aconchêgo familiar, são diminuídas na formação harmoniosa de sua personalidade.

d) Há de se ter em conta igualmente as influências que, no comportamento, se fazem sentir através da personalidade de base. A mesma realidade objetiva será olhada por prismas variados, segundo o meio em que se formou uma das camadas da personalidade, se assim podemos dizer, a personalidade de base.

2 — **No internato, um ambiente familiar.** Por certo que se há de tomar a expressão em sentido analógico. Quanto possível, seja familiar o ambiente, em que crescem os alunos que se formam para o sacerdócio. É um consêlho consagrado pela "Menti Nostrae". É uma exigência básica, se quisermos ver crescer serenamente a semente da vocação. Este espírito de família deve atingir as relações dos superiores com os alunos e dos alunos entre si.

Nas relações dos Superiores com os alunos, deve haver:

a) Confiança. Isto é básico. Não há educação, sem confiança.

b) Dialogo. Sem o que se torna impraticável uma influência séria do Superior, em ordem à orientação que se faz necessária.

c) Dedicção dos mestres. Simpatia profunda para com o educando. Que o mestre saiba ser acolhedor. "A uma pessoa não se conhece, ama-se". Alguém já comparou uma Pessoa a uma montanha: há sempre outro lado...

que não pode ser visto. Só vê tudo quem olha de cima! "Só se conhece bem, com o coração".

d) Presença amiga. Não policial. Presença de quem ajuda, de quem ama.

Nas relações dos alunos entre si:

a) Caridade, amizade, que seja fruto de uma profunda convicção de que o essencial do cristianismo é o amor ao próximo.

b) Correção fraterna, como consequência de uma caridade bem entendida.

c) Vida de equipe que ajuda a correção fraterna, em clima de caridade.

B) Valorizar aquilo que o Homem é por natureza.

1 — O maior dom do senhor para os homens é a liberdade. É por ela que o homem pode merecer. É por ela que dá glória ao Senhor.

É preciso educar para o uso da liberdade. Em uma Escola, na França: "Aqui todos são livres. Mas a liberdade consiste em fazer o que se deve". Pio XII, na "Menti Nostrae":... "preparando os jovens a guiar-se por si mesmos e a sentir a responsabilidade de seus atos". E ainda Pio XII: "deve-se cuidar, de modo especial, da formação do caráter de cada rapaz, nêle desenvolvendo o senso da responsabilidade, a capacidade de raciocínio, o espírito de iniciativa". Esta educação, para o uso consciente e responsável da liberdade, se faz segundo a capacidade de cada um.

2 — Valorizar é descobrir os talentos; sem o que, poderiam ficar enterrados. Esta descoberta se faz:

- pela observação atenta,
- pelo diálogo frequente,
- por testes, inclusive, se fôr o caso.

A descoberta, entretanto, dos talentos não basta. É urgente dar possibilidade de atualização dêstes mesmos talentos. Isto significa, da parte do educador, uma atitude positiva de quem não quer "podar" manifestações de valor. E da parte da "instituição", que se criem "estruturas" que favoreçam a realização dos dons de cada aluno.

O estímulo que se proporciona, através da valorização dos esforços concretos, produz grandes resultados.

C — Valorizar aquilo que o Homem é pela Graça de Deus.

1 — Uma piedade criticêntrica, em que o Ministério de Cristo e da Igreja tenha o primeiro lugar. Somos irmãos, a Família de Deus.

2 — Uma piedade "litúrgica" em que a Sta. Missa e os Sacramentos tenham a importância primordial que se lhes deve dar.

3 — Uma piedade "marial" que não é devocionalismo. Uma autêntica devoção, imprescindível na vida cristã, à Virgem Mãe de Deus. Sem esta devoção legítima, não se pode caminhar nos caminhos de Deus.

II — Educar "segundo a idade"

Eis o que diz a Carta da Sagrada Congregação dos Seminários, por oca-

sião do Centenário de São Vicente de Paulo: "Uma obra de educação desdenhosa e niveladora, mesmo se empreendida em nome dos valores mais santos, não passaria de estúpida mistificação, fértil das mais desastrosas consequências".

1 — Faz-se mister distinguir, nos educandos, ao menos as etapas fundamentais de seu desenvolvimento, no que se refere à adolescência.

2 — Que o menino seja tratado como menino. Que haja silêncio funcional. Que as orações sejam feitas de acôrdo com a capacidade de cada aluno. Que o "regulamento" seja mais familiar do que "conventual".

3 — Que o adolescente seja tratado como adolescente. Não é mais uma criança. Mas ainda não é adulto. Isto é muito importante para o desenvolvimento normal do adolescente. Se não lhe é dada oportunidade de exercer a responsabilidade, permanece infantilizado. Se lhe são dadas oportunidades acima de suas capacidades, tomando um ar de adulto antes do tempo, vai adiar a crise de estruturação de sua personalidade adulta.

Não deve, pois, ser tratado como criança: deem-se responsabilidades.

Não seja tratado como adulto: não se peça aquilo que não pode dar.

III — Sólida e autêntica formação cristã.

1 — Formar o cristão, antes de tudo, eis a meta principal. Formando bem o cristão, se prepara o terreno para medrar a semente da graça especial do Senhor que é a vocação religiosa ou sacerdotal. A formação comporta alguns aspectos importantes: valoriza a Graça de Deus. No concreto, no real. Um apêlo à santidade: que não se fique nos instintos que são rotineiros. Não se deve impingir um "estatuto clerical", que o não suportaria uma criança. Ela seria deformada ao invés de ser formada, como se pretende. A formação dos hábitos tem suas leis impostergáveis.

2 — E se deve promover uma piedade por convicção. É ainda a "Menti Nostrae" que nos adverte: "... que aos exercícios externos de piedade corresponda um movimento interior da alma...". E Pio XII ainda, em Discurso aos Educadores Católicos (REB, set, 1958), nos fala daquela "doce necessidade da alma" que devem ser os exercícios de piedade.

Acredito que a organização de um Seminário, tendo em vista estas ideias irá criar um clima que muito favorece ao desenvolvimento normal das capacidades dos nossos seminaristas. Mas irá ao mesmo tempo "desorganizar" alguns tipos de Seminários, muito capazes de "formar" máquinas, em vez de homens e filhos de Deus.

A COMUNIDADE PAROQUIAL:

8. A PROCURA DE UMA ESTRUTURA ATUALIZADA PARA A COMUNIDADE PAROQUIAL

Pe. Leão Douven C.Ss.R

Nos artigos anteriores estabelecemos as condições básicas para a existência da comunidade paroquial: 1) participação de todos na responsabilidade coletiva pelo reino de Deus; portanto participação no planejamento de iniciativas paroquiais, e 2) participação essa, realizada através dos grupos de amigos que os fiéis formam espontaneamente. Indicamos também o método indicado para aperfeiçoar esta participação: a consulta, pela qual o vigário pode chegar a um diálogo com os grupos de amigos.

Resta agora examinar qual é a estrutura atual da comunidade paroquial, pois devemos supor que nossas paróquias de fato formam comunidades, mesmo que sejam muito imperfeitas, e que cada comunidade, automaticamente, tem uma estrutura. Em seguida devemos analisar em que ponto ela deve ser atualizada ou corrigida, para que a paróquia se torne de fato uma comunidade de fé, de culto e de caridade (Plano de Emergência, pág. 18-20).

A situação atual

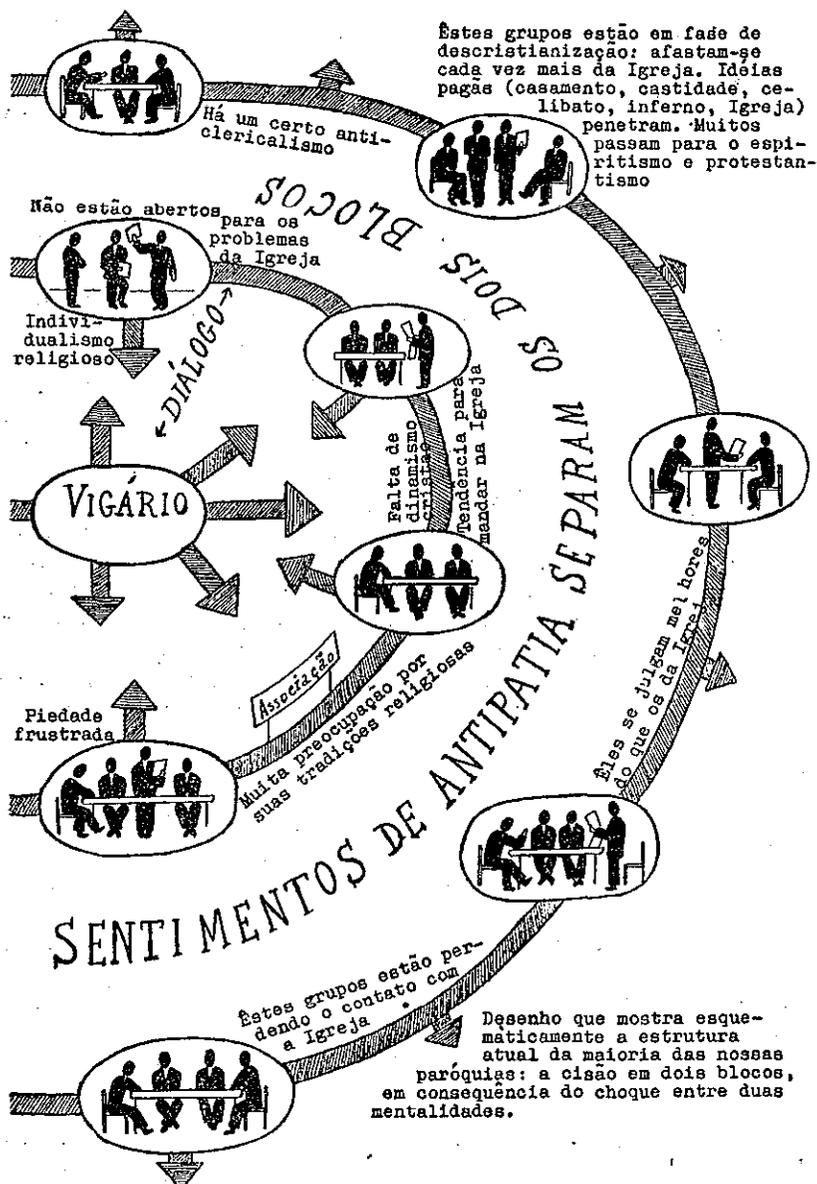
Parece-nos que a estrutura atual das comunidades paroquiais é bastante simples: vigário — os fiéis mais achegados à igreja (sobretudo as associações religiosas) — e os católicos mais afastados. Com certas nuances, encontramos-la por toda parte. O primeiro grupo forma em redor do vigário um anel, que o isola praticamente do segundo grupo. Veja o desenho.

Será que, no tempo atual, esta estrutura é capaz de tornar a paróquia o sal da terra, a luz do mundo em descristianização e o fermento da massa? Será que esta estrutura pode ser a base para colocar a paróquia em estado de missão e para evangelizar a sociedade em que vivemos?

Esta, pois, é a finalidade da Igreja no plano mundial, e da paróquia no plano local.

Logo à primeira vista podemos constatar que no segundo bloco o espírito apostólico é fraco. Os interesses giram, quase exclusivamente, em redor de diversões e problemas econômicos e sociais. Muitas vezes existe até um anticlericalismo bastante forte.

No primeiro bloco há muito mais espírito religioso, mas este não se traduz em atuação apostólica. É uma piedade individualista de um grupo de fiéis que se isolam do resto. Falta sobretudo uma atitude de bondade e compreensão pelos pecadores, pois uma certa vaidade espiritual leva-os a



condenar duramente os mais afastados. Falta, portanto, humildade e sentimento de culpa. Observa-se também freqüentemente uma tendência para impor sua vontade.

A paróquia, então, não se apresenta como uma comunidade preocupada pelo reino de Cristo. Não ataca os problemas religiosos que a época atual trouxe consigo, não se esforça para garantir a presença da Igreja em todos

os setores da vida social: setor operário, setor familiar, matrimonial e educacional, setor da política, setor dos divertimentos e meios de divulgação etc. E por falta de um laicato autêntico, recaem tôdas as tarefas apostólicas sôbre o vigário e um pequeno grupo de auxiliares, em prejuizo das tarefas pròpriamente sacerdotais.

De modo especial temos que constatar que as associações religiosas não desempenham mais o papel que lhes cabe na vida paroquial, o de liderar o apostolado leigo. Deviam constituir a elite religiosa da paróquia, e mesmo sustentando que, como organização, não têm obrigação de aplicar-se a obras apostólicas, ninguém pode negar que devem formar os membros como católicos exemplares, portanto também que devem cultivar nêles o espírito apostólico e chamar a atenção dêles pelas responsabilidades do reino de Deus. Ainda há paróquias em que as associações religiosas são o ponto de partida para tôdas as iniciativas paroquiais (sobretudo nas capelas), mas em outras elas se fecharam em si mesmas, preocupadas apenas em manter suas tradições. Omitem-se totalmente em relação aos problemas religiosos da atualidade. Culpa cabe também aos estatutos que não deixam bastante claro que as obrigações dos associados são apenas um acréscimo às obrigações — também as apostólicas — que cada um tem como católico.

Tentativas para atualizar a estrutura da cura de almas

Sendo assim, não é de estranhar que muitos vigários perderam a fé nas associações religiosas e colocaram suas esperanças nos grupos da Ação Católica, porque esta, já em virtude de seu próprio nome, acentua de modo especial o apostolado. Mas uma vez que a solução dos problemas não depende de uma iniciativa isolada, mas do conjunto, ela se vê muitas vêzes diante de uma tarefa demasiadamente grande. Conforme o "Plano de Emergência" da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, os movimentos da Ação Católica "são a ponte de ligação entre a comunidade paroquial e os homens engajados na construção do temporal... podem atingir todos os ambientes e tôdas as pessoas, conduzindo-as à comunidade paroquial" (página 20). Praticamente significa isto que devem desfazer a cisão da paróquia em dois blocos opostos. Não é de estranhar que esta tarefa demasiadamente grande tem produzido frustração.

Concluimos que nem as associações nem os grupos da Ação Católica são suficientes para uma renovação paroquial. Falta a pastoral do conjunto.

Na França, Alemanha, Bélgica e Holanda, um novo tipo de missões está procurando reestruturar as paróquias em bases mais funcionais. Durante a preparação, que pode durar anos, tenta-se formar equipes ou comissões que estudam os problemas dos vários setores da vida religiosa (casamento, catequese, liturgia, trabalho, divertimento, caridade etc.) e que planejam as iniciativas que devem trazer as soluções. A finalidade, então, é criar uma estrutura da cura de almas atualizada, adaptada à época moderna. O perigo é que estas comissões planejem de modo paternalista (planejamento autoritário, veja artigo anterior), sem dar ao povo comum acesso às deliberações em que se decide sôbre seu destino, portanto sem dar aos grupos

de amigos possibilidade de participar na responsabilidade coletiva pelo reino de Deus. Julgamos, contudo, que a estrutura da comunidade paroquial que querem construir, é a certa.

Princípio básico: diálogo entre clero e povo e não monólogo do clero

Devemos partir da divisão da Igreja em duas alas: clero e laicato, ou então, na paróquia: vigário e fiéis. Inevitavelmente há entre eles uma distância psicológica, não apenas pela diferença de cultura e formação espiritual e pela posição oposta de superior e inferiores, mas também pela diferença de atribuições nas responsabilidades coletivas pelo reino de Cristo. Esta distância psicológica, porém, não pode tornar-se uma separação, pois é em conjunto que devem cumprir sua missão de ser o sal da terra e o fermento da massa. Isto supõe um diálogo contínuo entre o vigário de um lado e o povo católico do outro, quando se trata de iniciativas apostólicas da "paróquia". Só este diálogo consegue a união de pontos de vista, de objetivos e táticas. O que frequentemente há, é um monólogo do vigário para o povo. Quando o vigário quer organizar uma iniciativa apostólica, dirige-se ao povo através de ordens e apêlos, tornando impossível um verdadeiro diálogo. Outras vezes há diálogo com o primeiro grupo mas monólogo com o segundo. Desta maneira, a distância psicológica que necessariamente existe entre clero e leigos, evolui para uma separação de grande parte dos fiéis. Conseqüentemente, a paróquia não possui bastante união para poder cumprir sua missão, e o isolamento em que o vigário eventualmente passa a viver, prejudica até sua vida espiritual, pois ele precisa normalmente do apoio do povo católico.

Para conseguir este diálogo, o vigário não deve dirigir-se ao povo apenas para dar ordens ou fazer um apêlo, nem apenas para pedir opinião sobre um plano já acabado e elaborado, mas deve lançar no meio dos fiéis também os problemas. Alguém pode ter receio de demonstrar incapacidade, se apresenta um problema sem poder indicar a solução. A verdadeira humildade, porém, exige de nós o reconhecimento de que os problemas religiosos são complexos e que superam a capacidade de uma só pessoa. Pode ser também uma atitude paternalista que se opõe a apresentar os problemas sem dar soluções, a atitude pela qual atribuímos a nós mesmos a única competência de resolver os problemas. Por isso, no púlpito, o vigário deve apresentar ao povo o problema operário, o problema da presença da Igreja na política, nos divertimentos, nos meios de divulgação, o problema do espírito cristão nas famílias etc. Mas ao apresentar estes problemas, deve pedir sugestões sobre iniciativas para atacá-los. Deve apresentar também suas próprias sugestões e as de alguns fiéis, conforme aparecem. Deve pedir opinião.

Estes problemas e estas sugestões não de despertar em muitos fiéis o espírito apostólico que estava latente, e inevitavelmente entram em função os grupos de amigos, que, depois de conversar entre si, procuram contato com o vigário para dar sua opinião. Desta maneira se estabelece aos poucos o diálogo, não entre os vigário e os fiéis individualmente, mas entre ele e o povo, entre ele e os grupos.

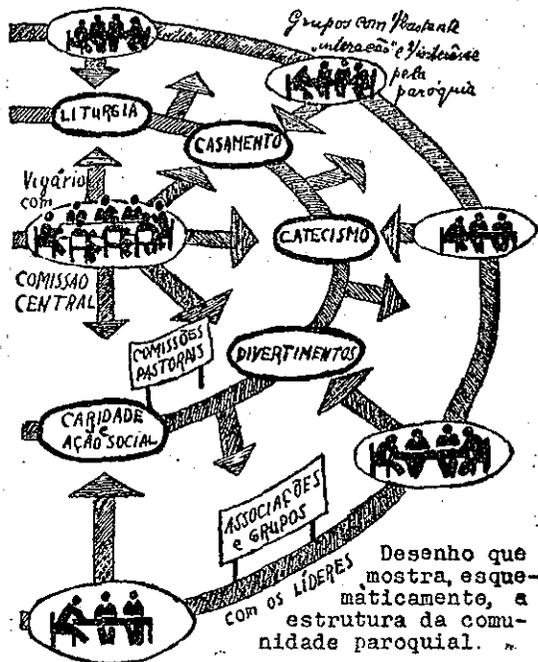
Depois que o povo começa a tomar consciência de um problema, o vigário pode convidar alguns fiéis para constituir uma equipe ou uma comissão que sistematicamente estuda o problema, apresenta as conclusões ao povo e recolhe as opiniões. Com o tempo, hão de formar-se equipes para os vários setores da vida paroquial. O "Plano de Emergência" fala em secretariados (pág. 20). Chegamos assim ao desenho que apresentamos e que ilustra esquematicamente como deve ser a estrutura da comunidade paroquial.

No centro está o vigário, auxiliado por uma comissão central, ou Conselho Paroquial (Plano de Emergência, pág. 20). O círculo externo representa o povo católico, que por natureza é constituído de grupos, no sentido sociológico. Abrange tanto os católicos que frequentam os sacramentos quanto os outros que vivem mais ou menos afastados da religião, mas o primeiro grupo não cerca o vigário de tal maneira que fica isolado do segundo grupo. Entre o vigário e os grupos deve haver intercâmbio e diálogo, indicado pelas setas nas duas direções. As comissões pastorais para os vários setores da paróquia devem facilitar êste diálogo; são muito úteis, mas não essenciais. Praticamente são tipo de Ação Católica, mas

então enquadrada no movimento paroquial e dividida não de acôrdo com as classes de pessoas, mas de acôrdo com os setores da vida social.

Grupos e equipes

Cabe aqui uma explicação sobre a diferença entre grupo e equipe (comissão). Expusemos em artigos anteriores que a base de um grupo do tipo a que nos referimos, é uma certa afinidade de pensamentos e mentalidades que se alimenta através da convivência social (não precisa haver reuniões). Os membros de uma grupo sentem-se bem uns junto dos outros. Há uma certa espontaneidade, isenta de formalismo e cerimônias. Em primeiro plano está a interação, o sentimento de união e solidariedade. A equipe, entretanto, é formada à base de um trabalho em comum. Em primeiro plano está a eficiência no trabalho, e esta requer reuniões, em que se estuda o problema e plane-



ja as soluções. Evidentemente, uma equipe é também um grupo na medida em que entre seus membros desaparecem as cerimônias e cresce a interação. Do outro lado, um grupo pode tornar-se uma equipe, à medida que seus membros se aplicam mais sistematicamente à solução de certos problemas. A distinção entretanto, fica de pé, porque em primeiro plano está ou a eficiência do trabalho ou a interação.

As equipes podem ainda ter várias características, conforme a razão de ser da equipe é a formação pessoal (geralmente as equipes de casais do Movimento Familiar Cristão), ou estudo ou planejamento. Os grupos da Ação Católica devem ser de estudo e de planejamento (ver, julgar e agir), mas em vista da complexidade dos problemas religiosos, muitas vezes se limitam ao estudo (ver e julgar). Ou então o planejamento é imediatista, porque um estudo mais profundo dos problemas está acima das suas capacidades. Se os problemas superam geralmente a capacidade de um só padre, de antemão superam a dos leigos. É indispensável a orientação do vigário a respeito dos princípios gerais, e este deve ainda ampliar seus conhecimentos e aprofundar sua visão através do contato com outras pessoas, eventualmente especialistas em determinado assunto. A tendência atual é colaboração de vários padres e a formação de equipes entre os vigários vizinhos, se não fôr no plano da execução, então pelo menos no plano da análise dos problemas religiosos, tão complexos atualmente. O "Plano de Emergência" do Episcopado brasileiro proclama a necessidade de uma pastoral do conjunto, já em execução no Nordeste. Só entrosados no conjunto, os vários movimentos religiosos poderão produzir os frutos que deles se espera.

Do outro lado, esta complexidade dos problemas poderá seduzir-nos a um planejamento paternalista. Por isso acentuamos a necessidade de ampla consulta aos fiéis, para dar aos grupos acesso às deliberações e distribuir convenientemente as responsabilidades.

Queremos mencionar ainda o erro de alguns padres que não tomaram consciência da importância dos grupos de amigos e que procuram formar em redor de si equipes através das quais pretendem trabalhar com maior eficiência (elite). Raramente esta têm penetração no povo comum, e a presença contínua do padre tolhe a expressão espontânea de sentimentos e opiniões. Estas equipes dão muito trabalho ao padre, ocupam seu tempo e suas energias, enquanto o resultado é reduzido. Teremos que lembrar-nos que a estrutura básica da comunidade sempre é: de um lado o vigário e de outro os grupos de fiéis, e que entre estas duas alas deve haver intercâmbio e diálogo ao planejar as soluções dos problemas religiosos da comunidade. Para conseguir isto, equipes são úteis, contanto que se coloquem a serviço deste diálogo. A solução mais prática, então, é: começar com uma ação sobre a comunidade (sobre os grupos de amigos), através de um bombardeio com consultas sobre problemas e iniciativas. Se este bombardeio fôr sustentado, mais cedo mais tarde vários grupos hão de reagir, e então se forma um clima favorável à ação de equipes.

(Continuará no próximo número)

**CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA
"TEOLOGIA PASTORAL DA VOCAÇÃO E CASOS LIMITES"**

P. Fr. Ricardo Rozestraten ofm

Vêr que aquilo que se escreve provoca uma reação e que suas palavras não foram semeadas ao vento, constitui um prazer para todo autor. Maior ainda se torna esta satisfação se a reação provém de uma pessoa tão credenciada como Pe. Bertrand de Margerie S. J., diretor do Departamento de "Vocações" da C. R. B.

Numa conversa particular que tive o prazer de ter com Pe. Bertrand de Margerie, êle me disse que achou as perguntas, formuladas por mim, no meu artigo "Os critérios psicológicos para a Vocação sacerdotal e religiosa", um tanto anti-didáticas e anti-pedagógicas. Sendo que a Revista da C.R.B. também é lida por pessoas que não possuem formação teológica, estas perguntas poderiam criar muitas dúvidas e dificuldades a respeito da vocação. Além disso não havia realmente dificuldade, pois que a Teologia já tinha dado respostas a tôdas estas perguntas. Por isso me prometeu, num tom jocoso, "bombardear" o referido artigo. De fato, sinto-me honrado com os dois artigos que publicou na Revista da C.R.B., de janeiro e fevereiro dêste ano, pois se êsse meu artigo causou esta publicação, que contém tantos dados e distinções de interêsse, já me sinto bem remunerado.

Suspendi a continuação do artigo — mesmo quando vários me pediram sua publicação — porque primeiro queria tomar conhecimento do pensamento de Pe. Bertrand de Margerie a respeito. Talvez seus artigos tornariam desnecessárias essas publicações, ou me levariam a rever profundamente meu ponto de vista.

Teólogo e Psicólogo

Antes de formular algumas considerações a respeito dos artigos de Pe. Bertrand, é mistér que se façam algumas anotações sôbre as atitudes diferentes do psicólogo e do teólogo.

O **Psicólogo** sabe que sua ciência é bastante nova; sabe que muitos mecanismos da psique humana ainda são mal conhecidos, que o campo das motivações conscientes e inconscientes ainda está aberto a muitas pesquisas. Além disso êle não tem nenhum instrumento, sejam testes de aptidões, de inteligência, de personalidade, provas clínicas, entrevistas e autobiografias, que lhe revelam com certeza a influência da graça e do sobrenatural no comportamento do seu cliente. O sobrenatural, como tal, escapa de sua observação. O que êle vê é o comportamento humano que sai de um fundo no qual sabe que existem elementos hereditários, elementos que provém da sociedade e da educação, ele-

mentos que estão ligados à constituição e à conformação tipológica do indivíduo e também elementos sobrenaturais provenientes diretamente de Deus. A grande dificuldade consiste nisto que somente em casos raríssimos se podem indicar êsses elementos sobrenaturais como tais; geralmente aparecem misturados com os outros elementos. Se fôsse tão fácil descobrir onde há influência direta de Deus, para que então esta controvérsia de mais de 25 anos a respeito do caso de Teresa Neumann; porque os processos prolongadíssimos e dificultosos de beatificação e canonização?

Se realmente fôsse tão fácil e evidente esta influência direta de Deus na Igreja, de tal modo que salta aos olhos, porque somente uma quinta parte da humanidade acredita na doutrina da Igreja Católica, e ainda grande parte daqueles que acreditam não o fazem por ter experimentado ou visto diretamente esta influência divina? A própria autoridade eclesiástica tem a maior cautela com os milagres, sabendo que é muito fácil haver um engano a respeito da influência direta de Deus.

Por isso o psicólogo, mesmo quando profundamente religioso, não leva diretamente em consideração a influência do sobrenatural, apesar de aceitá-la. Ele não possui instrumentos para medir esta influência direta, pois — a não ser em casos raros de visões autênticas e inspirações provadas — êle só vê o comportamento humano e procura as motivações no campo dos elementos naturais. Com isto êle não nega a influência de Deus na vida do indivíduo, pode até estar convencido que a mãe piedosa, o ambiente de um lar católico, a leitura de bons livros, o encontro com um sacerdote santo, são umas tantas graças que Deus conferiu ao seu cliente. Ele pode estar convencido que a vontade de ser sacerdote, no seu cliente, foi inspirada por Deus, mas normalmente êle achará também motivos naturais.

Uma fonte de dificuldades me parece estar na distinção rigorosa entre natural e sobrenatural. Não existe nada de completamente natural na vida humana, sendo que todos os seus atos são acompanhados pelo auxílio e pela força criadora de Deus, visto que todos os seus atos têm significado eterno, seja positivo seja negativo. O homem remido é sobrenaturalizado, toda a sua vida tem significado sobrenatural. A questão portanto não é em primeiro lugar "natural ou sobrenatural", mas aquilo que ocorre com a influência normal de Deus" (o funcionamento do nosso organismo, a vida familiar, a vida social, a educação escolar, o sacrifício, a meditação, a oração) e "aquilo que ocorre sob a influência especial e direta de Deus". O psicólogo aceita ambos, porém normalmente êle deixa êsse segundo tipo de influência ao critério do diretor espiritual e conta só com o primeiro, que já lhe oferece bastantes dificuldades e deixa margem a muitos pontos de interrogação.

O Teólogo geralmente se sente mal nêsse ambiente de incerteza. A revelação divina é algo certo, algo de que não se pode duvidar. O "depositum fidei" é intocável. A linha do pensamento dêle segue esta firmeza, e mesmo as conclusões teológicas, para êle, revestem-se facilmente quase com a certeza da fé. Os dogmas, as palavras oficiais dos Papas, as definições oficiais conciliares, tudo que se baseia na Revelação Divina, lhe dão uma certeza inabalável. O "Codex Iuris Canonici" constitui uma norma segura para o comportamento

humano religioso, pois a Igreja e suas autoridades são assistidas pelo Espírito Santo. O teólogo não vacila, não deixa os fiéis na dúvida, pois isso seria algo desastroso. Por isso podemos escutar tantas vezes nas pregações e nos artigos, que uma conclusão ou opinião teológica é apresentada quase com a certeza de um dogma. Tudo isto pode, sem dúvida, estar motivado por um grande zelo pelo Reino de Deus e pela Salvação das Almas. O teólogo e o diretor espiritual vêem o dedo de Deus onde o psicólogo vê apenas um lar religioso, um livro edificante, um forte sentimento de culpa. O psicólogo católico aceita perfeitamente, nisto tudo, a influência de Deus, mas êle não o pode verificar como tal, e nem é isto a sua tarefa.

Os dois elementos da Vocação

Passo agora às considerações relativas aos artigos de Pe. Bertrand.

Na primeira parte êle distingue bem os dois elementos da vocação: um divino e um eclesiástico. Tôda razão tem êle em frisar que minha expressão que "a chamada do bispo é a parte essencial da vocação" não é muito feliz. Deveria ter dito "uma" parte essencial. Porém se tivesse levado em consideração a frase que escreví antes da formulação das perguntas, teria compreendido que não era minha intenção de simplesmente **excluir** o chamamento de Deus. A frase diz: "O pronunciamento final sôbre a existência de uma vocação, de um verdadeiro "ser chamado por Deus" não compete a nenhum dos membros da equipe (sacerdote, médico-psiquiatra e psicólogo) mas única e exclusivamente aos superiores religiosos". Não disse em absoluto que êsses superiores dão a vocação ao candidato, como poderia sugerir a seguinte frase de Pe. Bertrand: "...esta chamada não dá, mas aceita e reconhece o mais essencial dos dois elementos: a vocação divina". Pelo contrário não vejo muita diferença entre a formulação acima: "que o pronunciamento final sôbre a existência de uma vocação (de um verdadeiro ser-chamado-por-Deus) compete aos superiores religiosos" e a formulação de Padre Bertrand que "Tal vocação deve também ser verificada, aceita e dirigida pelos superiores hierárquicos". A não ser que sua expressão: "superiores hierárquicos" é mais feliz e mais certa que a minha "superiores religiosos". Portanto estamos perfeitamente de acôrdo a respeito dos dois elementos da vocação: um divino e um eclesiástico.

As Vocações "A Posteriori" e as "Inexistentes"

Disse que "a chamada do bispo é a parte essencial da vocação", mais porque ví naquilo uma afirmação ou melhor confirmação da existência do chamamento divino. Algo portanto que nos dá certeza que realmente existe um chamamento divino, uma confirmação oficial em nome de Deus. Isto sugere também a frase de Pe. Bertrand quando diz que "esta chamada não dá, mas **aceita e reconhece**... a vocação divina". Esta convicção minha entretanto foi abalada por uma afirmação ulterior do meu prezado crítico, pois falando sôbre as vocações "consequentes" ou "a posteriori" (parte 1, 3) êle

aceita, citando Pe. Lavaud O.P. que "mesmo aquêles, que não tinham sido chamados por Deus, mas somente pelo Bispo ou pelos Superiores Religiosos, que tinham **conseguido enganar** sôbre suas disposições, podem **ainda ser autenticamente chamados** por Deus, por assim dizer depois do fato consumado (après coup)". Se êle aceita isto, como então pode dizer que "esta chamada aceita e reconhece ... a vocação divina"? Reconhecer uma coisa inexistente é meio difícil, por isso talvez Pe. Lavaud fala em "enganar".

Esta dificuldade não se aniquila com a observação que "Deus chama eternamente, mas que a graça atual da vocação é oferecida no momento da eleição bem feita". Se Lavaud fala em "enganar" parece pelo menos que os Bispos, nêsse caso, pensam que a vocação está presente enquanto na realidade ela não está. Este "chamado divino eterno" é simplesmente inconhecível na hora do chamamento eclesiástico, pois se fôsse realmente fácil de reconhecer e os bispos se deixam enganar, teríamos que duvidar da capacidade mental dos bispos, o que é absurdo!

O caso ainda fica mais grave quando vêmos a palavra do Papa Pio XI a respeito das "vocações inexistentes ou aparentes" (parte II, 1) dizendo que "se a tempo não se eliminam do Seminário (os que não apresentam características da vocação) ser-lhes-á mais difícil retirar-se depois e talvez, ainda mesmo **sem vocação** divina, nem espírito sacerdotal, se virão a ligar com os vínculos dêste gravíssimo ministério". Portanto o Papa aceita que pode haver sacerdotes sem que sejam chamados por Deus. Êle não fala em "enganar" ninguém, o pretendente pode estar convicto que êle tem vocação, e supondo que os seminários são entregues a pessoas com bastantíssimo critério e prudência, também êles estavam convencidos da vocação e por fim o bispo chamou. Aquela "chamada que aceita e reconhece... a vocação divina", uma vocação que na realidade não existe!

Graça e Vocação

Uma outra anotação que queria fazer junto à explanação de Pe. Bertrand é a seguinte. No início do seu primeiro artigo êle cita as palavras de Pio XII: "Cumprido dizer que o chamamento de Deus para ingressar no estado religioso ou sacerdotal é tão indispensável que sem êle falta necessariamente o próprio alicerce no qual se apoie todo o edifício. Pois, **a quem Deus não tiver chamado, também não o move nem o auxilie com sua graça...**". Mais adiante, citando Pe. Lavaud, diz: "Mesmo aquêles, que não tinham sido chamados por Deus..., podem ainda ser autenticamente chamados por Deus, por assim dizer depois do fato consumado". Como já vimos acima, tanto o pretendente como o bispo podem estar convencidos da vocação divina sem que esta esteja presente. Êle terá que levar sua vida de sacerdote sem que Deus "o move nem o auxilie com sua graça". Estas especulações teológicas são muito tranquilas, porém a vivência real disso deve ser algo de terrível. Pois nem sempre haverá a "vocação a posteriori" sendo que pode haver uma "vocação inexistente ou aparente" nos casos em que o candidato é "forçado por pais mal aconselhados... ou fascinado pela perspectiva de vantagens e

comodidades terrenas, entrevistas e esperadas no Sacerdócio..." (Pio XI). Nesses casos nem sempre devemos culpar o candidato, pois tais motivações podem até ser meio inconscientes.

Em relação a esta última observação do Papa podemos formular outra questão relativa ao enorme acréscimo de vocações na Espanha, onde o "status" social do sacerdote dá certos privilégios e garantias. Nos países onde o "status" não é privilegiado, não se nota tal acréscimo, e lá onde o sacerdote é socialmente desprezado as vocações são escassas. Qual a relação entre a "vocação divina" e a estima social do sacerdote? Peço desculpas que já estou perguntando de novo!

O Discernimento dos Espíritos

Ainda uma outra observação que se relaciona intimamente com a anterior. Pois Pe. Bertrand nos apresenta o "discernimento dos espíritos" como a solução, sendo que com isto pretende apresentar os "sinais certos da vocação divina". Citando Pe. Gay, diz que "esta graça interna não pode ser conhecida imediatamente em si mesma, nem com certeza absoluta, mas só com **certeza moral**, duma maneira mediata, através de seu efeito: a intenção de se tornar sacerdote (ou religiosa), a retidão desta intenção. Tal intenção reta resulta de motivações complexas, naturais e sobrenaturais. A luz da psicologia, tão útil nesta matéria, permanece insuficiente. Serão os princípios da fé formulados em teologia, e particularmente na doutrina do discernimento dos espíritos, que facultarão esta compreensão do aspecto sobrenatural desta intenção... o ato de discernimento é um juízo especulativo e prático procedendo da virtude adquirida e infusa de prudência. Tal juízo pronuncia-se sobre o caráter sobrenatural da intenção. Os autores deste juízo são... o Bispo... o candidato... e o diretor espiritual". A tendência de Pe. Gay seria "reagir contra aqueles que chegam a negar a utilidade, ou mesmo a possibilidade, de verificar o aspecto sobrenatural da intenção reta. Este discernimento é "factível" e "necessário" para reconhecer o chamamento divino". Infelizmente Pe. Bertrand pára exatamente lá onde deveria começar a dar "os sinais certos da vocação divina". Pois é isto que queria mostrar e, como êle adivinhou bem, é isto que gostaríamos ouvir de uma teologia concreta. Em breves palavras, gostaríamos de ouvir do estimado crítico quais as características que **não são observáveis pelo psicólogo**, e que nos dão com certeza, seja com certeza moral, a presença de uma vocação divina. Já pensou Pe. Bertrand que benefició enorme êle prestaria a todos os diretores de seminários se fornecesse êsses critérios; que bem imensurável para os seminários, se já de pronto podessem ser eliminados aqueles que não têm esta vocação divina; que bênção para a Igreja Católica se pudessemos eliminar tôdas as "vocações inexistentes ou aparentes".

Como já frisei bem, o psicólogo nunca pretenderá fazer isto, porém se o discernimento dos espíritos possui uma técnica que nos leva à certeza moral da existência da vocação divina — que logicamente não se pode basear nos mesmos dados que o psicólogo possui, senão êle o poderia fazer — se

existe êste caminho certo então todos que julgam a verdadeira vocação divina deveriam seguir um curso especial sobre êsse assunto. Seria um dos maiores benefícios que a C. R. B. poderia prestar aos seminários e aos moços que "acham" que tem vocação.

As Vocações Traídas

Diz o autor que "estas lamentáveis prevaricações não constituem necessariamente a prova de que estas pessoas não foram divinamente chamadas, mas simplesmente que aquêles que o tinham sido no início e, em primeiro lugar, responderam bem, não perseveraram no caminho reto e que conforme um modo de falar ordinário, teologicamente justificado, êles perderam a vocação". Aceito perfeitamente que os sacerdotes que largaram seu ministério sacerdotal, nem por isso não provam que não são divinamente chamados, porém, com o "simplesmente" do autor não estou de acôrdo, pois também aqui há uma diferença entre "não provar" e "ser impossível". Pois quando já vimos que alguém pode ser ordenado sacerdote sem ter vocação divina êsse alguém não poderá "perder a vocação" que nunca teve. De outro lado, uma vez realmente chamado por Deus ficará chamado para sempre. O que pode haver é que a pessoa não corresponde à vocação, que não gosta mais de ser sacerdote, mas "perder" a vocação, "perder" o chamamento de Deus me parece algo difícil principalmente quando se trata do sacerdócio.

Resposta à primeira pergunta

Vamos agora à terceira parte em que o autor responde às perguntas por mim formuladas, abstraindo de seu cunho "antipedagógico". Agradeço a atenção minuciosa dispensada a estas perguntas. Exigiria demais do leitor se fôsse citando de novo tôdas as perguntas e respostas. O que farei apenas para a primeira. Do resto quero somente sublinhar alguns pontos que me parecem de mais valor.

Pe. Bertrand responde à pergunta: "o que pensar daqueles que entraram na vida religiosa e depois, com ou sem a devida dispensa de Roma se retiraram", que "aquêles que se retiraram com dispensa ou não tinham vocação e o descobriram, ou tinham uma vocação temporária ou traíram uma vocação verdadeira, ou lhe foram de boa fé infiéis". Sem dúvida uma distinção bem feita; porém, o que gostaria de saber é quais os critérios para classificar um caso concreto dentro de um ou dentro de outro. Quanto às especulações teológicas estou perfeitamente de acôrdo com meu crítico, porém não pedo tanto uma classificação de possibilidades mas uma teologia espiritual e pastoral da vocação, não puramente especulativa, mas prática. Não se trata apenas de mencionar as possibilidades, porém de indicar as normas conforme as quais podemos, com certeza relativa, identificar o caso em concreto, pois uma pastoral da vocação nos deveria dar isto.

Resposta à segunda pergunta

O mesmo podemos dizer a respeito da segunda resposta em que Pe. Bertrand fala da infidelidade ou de erro como explicação do caso do seminarista que durante anos se prepara para o sacerdócio e que desiste. Se houver erro, de quem é este erro e como este erro deve ser vencido. Sempre voltamos para o mesmo problema: quais os critérios certos da vocação divina. Pois é muito simples escrever que havia erros; entretanto convém que usemos todos os meios possíveis para corrigir esses erros o mais cedo possível, pois o número de ex-seminaristas que lutam durante anos para conseguir uma adaptação normal à vida fora do seminário — para não falar dos que são completamente desajustados — aumenta de dia para dia. O que precisamos aqui não são tanto as diferenciações de uma teologia especulativa, mas uma ajuda real e concreta; com toda a caridade deve ser concreta e não especulativa.

Ainda tenho as minhas dúvidas a respeito desta resposta. Pois dizer que o seminarista deixa o seminário só por infidelidade ou por reconhecimento de erro não me parece completo. O articulista não menciona a possibilidade de que os dirigentes às vezes mandam seminaristas embora por motivos pouco razoáveis. Será mesmo que não se "perde" nenhuma vocação desta maneira? Não esqueçamos que foi Pilatos quem lavou suas mãos em sinal de inocência, enquanto só o Cristo, na sua frente, teria esse direito. Nem quero mencionar aqui outros casos muito mais tristes, em que aqueles que por sua posição deveriam proteger a vocação, colaboram para sua destruição; "sapienti sat". Acho que, apesar de que devemos respeitar as autoridades, nem por isso devemos sempre colocar a culpa no súdito. O mesmo princípio também poderia ser aplicado nos casos das "vocações traídas".

Resposta à terceira pergunta

Aí Pe. Bertrand formula primeiro sua dúvida a respeito dos "milhares" de sacerdotes que desapareceram na última guerra. As Congregações Romanas poderiam informá-lo. Mesmo restringindo-se aos sacerdotes que serviram no exército italiano e não voltaram nem constam nas listas dos falecidos, éle verá que infelizmente minha afirmação não é exagerada.

Quanto à "contradição interna" posso responder que um soldado mal treinado e covarde, que foge, pode perfeitamente ser chamado de "desertor".

Quanto ao "erro": não neguei, nem esqueci que é possível, com a graça de Deus, observar a castidade da parte daqueles que a votaram. Constatei apenas o fato, quando disse que esses sacerdotes não foram capazes de sustentar sua vocação quando entraram em contato com a vida no mundo. Não disse em absoluto que lhes era impossível sustentar esta vocação. Queria apenas verificar o fato que não mostraram a devida capacidade, reconheço porém que a palavra "capazes" é um pouco ambígua e talvez teria sido melhor dizer que "não mostraram a força". Estou porém de acordo quando Pe. Bertrand diz que "não vamos lhes lançar a primeira pedra" (o que em absoluto não era minha intenção, muito pelo contrário). Esperamos que o Segundo

Concílio Vaticano se incline, misericordiosamente, sôbre êles, e lhes possibilite e facilite o regresso à casa paterna.

Resposta à quarta pergunta

Quanto à quarta resposta não vejo porque a redução ao estado leigo de uma pessoa que nunca teve a vocação divina deve ser considerada como uma pena, nem também porque alguém deve ser castigado porque p. ex. seu diretor espiritual se enganou. Portanto, não estou inteiramente de acôrdo quando Pe. Bertrand diz que a resposta geral será...: tais sacerdotes recusaram paulatinamente uma vocação verdadeira, pelo menos "conseqüente". De onde é que o autor tira êste "pelo menos" conseqüente"? quando Pe. Lavaud sômente diz que "podem ainda ser autênticamente chamados" e não que Deus sempre lhes dá esta chamada autêntica.

o o o

Apesar destas considerações agradeço ao Pe. Bertrand de Margerie S.J. a benévola atenção que dispensou às minhas perguntas. O único motivo porque teci estas considerações foi que suas soluções não correspondem perfeitamente ao que perguntei. Pois quando lemos calmamente sua exposição, chegamos à conclusão de que não existe dificuldade nenhuma, que tudo já está resolvido há muito tempo, e que as queixas formuladas no Congresso de Milão proviriam simplesmente de uma ignorância "crassa et supina". Se tudo fôsse tão simples como êle pelo menos sugere, porque continuamos então nesta situação? Ou existem êrros reais no recrutamento, na seleção, na educação e formação, ou os critérios para o reconhecimento de uma verdadeira vocação divina não são tão simples como o autor nos faz crer. Em tôdo caso, os fatos provam que há alguma coisa a fazer e que nem de longe tudo está tão claro e liso como as especulações teológicas nos querem mostrar.

Espero que estas minhas considerações não causem nenhum escândalo aos leitores desta revista, que talvez não possuam formação teológica. Peço a Deus, que, por minhas palavras, ninguém comece a duvidar da sua vocação, porém, que seja um estímulo para que todos rezem e peçam ao Senhor mais vocações autênticas, tanto religiosas como sacerdotais.

MANUTENÇÃO DA IMPRENSA CATÓLICA

Pe. Frei Mathias Heidemann OFM

Iniciando este "script", segundo de uma série sôbre a Imprensa Católica, quero relatar uma conversa que tive há poucas semanas com um amigo advogado, contador e jornalista. Mesmo resumindo procurarei reproduzir o mais fielmente possível os pensamentos, palavras e mesmo frases inteiras.

Com a liberdade e a franqueza de conhecido e amigo de longos anos dizia-me êle, ao saber que eu fora transferido da Editôra Vozes para o Departamento de Imprensa da CRB, no Rio:

"Olhe, Frei Matias, reforme estes jornais e estas revistas católicas! Ponha isso atualizado, moderno, aceitável!"

"Quem sou eu para reformar assim?"

"Você, como encarregado do Departamento de Imprensa da Conferência dos Religiosos pode fazer algo — e deve fazê-lo! Porque o que anda por aí, o que se vende às portas das igrejas, quem é que lê essa "geringonça"? Eu não! — Veja: hoje mesmo minha esposa trouxe três revistas:... (e citou os nomes, que deixo de mencionar). Você as conhece?"

"Conheço, sim".

"Estão lá em casa! Mas você pensa que eu, ou alguém que conhece um pouco de imprensa e de jornalismo vai ler isso? — A gente as compra, e paga até mais do que custam, para ajudar ao padre, à obra filantrópica ou religiosa. Mas só para ajudar. E será esta a finalidade da revista? Não tem ela uma mensagem para o público? Não quer ela alcançar uma meta definida e certa na sociedade, como sejam: informação, instrução, cultura, recreio solidariedade humana, religião e quantas mais poderia citar?"

"Evidentemente cada revista tem sua meta, sua finalidade especial".

"Mas neste feito, nesta apresentação, nesta redação, nesta execução ela não alcança leitores, a não ser talvez umas "beatas" ou uns "ratos de igreja". A Igreja precisa atualizar, modernizar, tornar atraentes as suas publicações, para que, por si, conquistem leitores e penetrem na sociedade, alcançando também os que não são da Igreja. Mas para tanto precisa colocar nas redações, nas oficinas e nos demais postos-chaves gente formada, competente, atualizada no campo da imprensa, moderna, que tenha gosto, — então sairá coisa que se pode ler, e que se lê, mesmo contendo uns "purgantes", — mas não será um só "purgante" do começo ao fim, em tudo, interna e externamente. Naturalmente sem estudo especializado e preparo "ad hoc" do próprio pessoal religioso, principalmente dos redatores, nem haverá começo de coisa que se apresente. — Não havendo pessoal religioso preparado, deve a Igreja recorrer a leigos. Mas sem PAGAR condignamente, como são remunerados em redações e emprêsas leigas, não se consegue pessoal competente".

"Aí é que está exatamente a dificuldade da Igreja. Ela tem outras metas com a sua imprensa, que não é o lucro, o dinheiro. E por isso falta às suas publicações o necessário para pagar altos ordenados a redatores e outros colaboradores categorizados".

"E eu digo, e repito, que é este o único caminho: arranjar, à custa de ordenados adequados, bons colaboradores. — Haverá mais despesas, sim, mas em compensação a revista alcançará sua meta, penetrará em toda a parte, será vendida em quantidade, o comércio e a indústria se interessarão por publicidade na mesma... em resumo no final das contas sairá mais barato do que antes, porque entrará muito mais dinheiro, e o que é o mais importante: ela cumpre sua missão social e religiosa. Então ela de fato leva a verdade, a Boa Nova aos homens, e conduzirá as criaturas ao seu Criador".

"Sim senhor, em você se perdeu um bom pregador!"

"E não me afobo mesmo! E' só me avisar em tempo, e lá estarei em qualquer reunião ou congresso ou encontro da imprensa católica para dizer franca e claramente o que penso, sinto, sei e observo!"

Mas para continuar meu pensamento: Para aquêles que já conhecem a Igreja e sua doutrina não há necessidade de revistas e jornais católicos. Estas publicações devem se dirigir e devem alcançar em primeiro lugar as ovelhas que estão fora do rebanho, segundo a parábola de Jesus, — mas estas não são alcançadas pelas publicações católicas que andam por aí! — Por isso, Frei Matias, eu digo e repito: que a Igreja reforme quanto antes seu "parque" de revistas e jornais, e mesmo de livros, para captar leitores em geral, e não só um grupinho de amigos. Acabem com estas revistas e estes "jornalecos" que não valem o trabalho e o cansaço do padre que as "prepara". — Unam-se, — façam umas poucas revistas, uns poucos jornais, mas bem feitos, atraentes, de penetração, de grande tiragem. Façam uma só publicação p. ex. para a juventude, para os trabalhadores, para os intelectuais, — façam uma boa revista ilustrada com bom noticiário etc.

Mas não façam meia dúzia de revistinhas dirigidas ao mesmo grupo de leitores. Assim unidos, e com esforço concentrado, podem os católicos fazer e apresentar uma coisa boa, de grande tiragem, de penetração na sociedade em geral, e podem também pagar bons colaboradores e técnicos de imprensa, — e verão que a face da "imprensa católica" tomará outro aspecto. Ela será lida, ela será bem aceita, ela será até procurada — e procurada também para anúncios, o que é importante para a manutenção, dando maiores recursos para aperfeiçoamentos — e por consequência dando-lhe cada vez mais penetração, — com grandes vantagens exatamente também para as finalidades sublimes da Igreja em sua imprensa".

Esta conversa foi longa — e o resumo aqui também já vai longe. — Creio, porém, que vale a pena que os responsáveis pela nossa imprensa católica — e os superiores religiosos — leiam e meditem o que se pensa e se diz lá "fora".

Evidentemente não endosso tudo, mas há muita verdade, — e talvez mais do que se queira admitir — nas palavras deste meu amigo advogado, contador e jornalista.

E agora permitam que os aborreça com mais uma, e desta vez de livre e pura invenção. E, assim, qualquer semelhança com casos reais é mera coincidência.

A paróquia de S. Agatângelo, dirigida por religiosos, conta com cerca de 50.000 almas. Está situada num bairro operário de Caleidolândia, uma cidade industrial, e com bom comércio, contando com mais de 500.000 habitantes. — A paróquia tem movimento religioso bem satisfatório. O vigário anda dia e noite atarefadíssimo: expediente paroquial, Escola Paroquial, catecismo em diversos Grupos Escolares, direção e reuniões das Associações: Apostolado da Oração, Obra das Vocações, Filhas de Maria, Legião de Maria, Congregados Marianos, Irmandade de S. Agatângelo, Visitas aos doentes, chamados a moribundos e ao Pronto Socorro, assistência religiosa na Santa Casa, e ainda a "Revista de S. Agatângelo". Embora tenha dois confrades-coadjuvadores não se vence o trabalho, — pelo contrário, este vai crescendo de dia para dia.

Já é dia 20 de Janeiro (de 1963), — e a Revista para fevereiro ainda não foi à Oficina — e no primeiro domingo do mês deve estar à venda na porta da Igreja!... Altas horas da noite P. Pedro termina a "redação" (melhor: a compilação): Dispõe apenas de um pequeno artigo de um confrade, sobre o cinema; mais uns artiguinhos de amigos do "S. Agatângelo"; umas notas sociais... e o programa religioso de S. Agatângelo para o mês de fevereiro. Tudo para "encher" umas 10 páginas... E o resto, 22 páginas? trabalho da tesoura em jornais e revistas! E de um Manual uns pequenos comentários dos Evangelhos dominicais.

Dia 21, às pressas, os "originais" vão para a Oficina, à oficina do Sr. Chico, um grande amigo de S. Agatângelo. É uma oficina que vive imprimindo rótulos, cartazes, cartões de visita, blocos de Notas etc., etc. para o comércio e a indústria. Tudo coisa simples e em quantidade, e o Sr. Chico se vê tonto de tantos pedidos e freguêses que não pode atender em tempo. — Mas o amigo Chico põe para traz outras encomendas e "toca" a revista.

Na véspera do primeiro domingo de fevereiro, à noitinha, o Chico em pessoa traz o primeiro milheiro da revista, ... os restantes quatro mil, ... "só na semana que vem... não foi possível aprontar tudo... os "originais" chegaram muito tarde".

No domingo, já cedinho, lá estão os zeladores, e em maior número as zeladoras da Irmandade de S. Agatângelo à porta da Igreja, e nas imediações, com a "revista" na mão: "Safu o novo número do S. Agatângelo!" "Não perca o número de fevereiro de sua revista!" "Cinquenta cruzelros apenas, e leva o S. Agatângelo!"

E a revista vai às mãos dos amigos. — E lá vem as apreciações:

"Ô Irma, já viu? Olhe só que beleza! Que bonita revista!..."

E olhando bem (vidro de aumento era dispensável) lá está na capa uma "imagem" do grande Santo Agatângelo, em cores vivíssimas, mal sobrepostas, formando contornos vermelhos de um lado e amarelos do outro.

Mas isso só vê, quem não é "amigo" do Santo. — Folheando o caderno grampeado, quem não é "amigo" vê também a paginação mal feita,

a disposição de texto e clichês sem gosto, a impressão, sem esmero, com tipos gastos e entupidos.

O entusiasmo dos "amigos", porém, tudo vence, nada disso os perturba, cada um disputa seu exemplar. — E não soara ainda o sinal para a última Missa da manhã, — e os 1.000 exemplares estavam vendidos.

E a receita, feitas as contas? — Cinquenta e um mil cruzeiros e quebrados (E' que alguns "amigos" pagaram — e fizeram oferta do trocol).

No correr da semana seguinte vieram os restantes 4.000 exemplares — e também a Fatura. E esta faz arregalar os olhos: "Mas amigo Chico, não há engano nisso? — Subiu tanto assim? — Não é possível!" — "Infelizmente não há engano! Vocês sabem que o papel nestes últimos tempos subiu mais de 2.000% — DOIS MIL —, tive que pagar o 13.º salário, — tenho que pagar o novo salário mínimo, — tudo isso deu desta vez um aumento de 100%. Assim, para não ter prejuízo, mas também não ganhando nada, não posso fazer a conta dos 5.000 exemplares abaixo de Cr\$ 250.000,00, quer dizer cinquenta cruzeiros o exemplar!" — "Ai, ai, ai! Quer dizer também que os estamos vendendo exatamente pelo custo da Fatura! E vendendo mesmo todos os exemplares, não teremos sequer um centavo para S. Agatângelo, — teremos apenas o estritamente necessário para pagar a Oficinal!"

Com todo o esforço e empenho nos domingos seguintes — lá estavam no fim do mês cerca de mil exemplares encalhados! E era preciso pagar ao Sr. Chico, — A Irmandade teve que desembolsar cerca de Cr\$ 50.000,00 de sua Caixa!

E no primeiro domingo de março virá o novo número! — E' preciso aumentar o preço de venda, não há outra saída! — O pessoal, e mesmo os "amigos" vão "chiar". — E além de tudo a Irmandade se vê obrigada a pedir ofertas especiais — para pagar este número e recuperar o prejuízo do último.

Na semana seguinte uma "embaixada" da Irmandade procura os anunciantes, que são poucos, (e estes anunciam por amizade), — que também concordam em pagar um pouco mais.

O Sebastião, da alfaiataria "A Colmeia" sugere: "Porque vocês não procuram mais anunciantes? Há tanto comércio e tanta indústria na cidade! E vejo em todos os números da revista sempre os mesmos, velhos anúncios — cujos clichês já estão gastos de tanto uso, — de uma meia dúzia de teimosos como eu. P. ex. a fábrica lá da Vargem Funda, — ela sozinho poderia manter a revista!" — "Você tem toda a razão, Sebastião, mas como você é teimoso em anunciar no "S. Agatângelo", assim o gerente da fábrica é teimoso em não anunciar, — e já nos disse, e repetiu muitas vezes, toda vez que o procuramos: "O que vale um anúncio no "S. Agatângelo"? — Não dá resultado nenhum! O que é que vocês, os amigos da revista, vão me comprar? — Não posso gastar o dinheiro à toa!"

E assim vai se vivendo. — O "S. Agatângelo", em verdadeira "operação cesariana" "nasce" cada mês, — mas não cresce, não sai do berço, — é uma eterna "criança-problema".

Já havia alguns dias que acabara de escrever a "Conversa" e a "Ficção" acima, quando me veio às mãos o primeiro artigo da série sobre a imprensa católica, dá competente pena do nosso caríssimo jornalista Frei Raimundo OP (cfr. Revista da CRB, abril de 1963).

Tive vontade de rasgar tudo quanto havia escrito.

No fim, porém, dobrei as folhas e guardei-as na gaveta.

Dias depois, relendo tudo, achei que assim mesmo devia mandar o "artigo" à Redação.

De fato, pensando bem sobre o que aí está nesse "script" extravagante, estamos diante de uma "ilustração" de certas passagens do artigo de Frei Raimundo, e de uma descrição — às vêzes um pouco apimentada — de como se mantem muitas de nossas Revistas e jornais.

Senão vejamos, tirando, em resumo, as conclusões:

O "artigo"

- 1.º — é complementação, ilustração e continuação do artigo de Frei Raimundo,
 - 2.º — mostra como são "preparadas" muitas de nossas publicações,
 - 3.º — patenteia a "penetração" das mesmas,
 - 4.º — exemplifica a distribuição e a venda das mesmas,
 - 5.º — aponta a necessidade de recorrer aos anunciantes e a dificuldade de obter bons anúncios, por terem pequena tiragem e pouca penetração,
 - 6.º — apresenta a "contabilidade" das receitas e das despesas, como ainda as "fontes de renda",
 - 7.º — põe diante dos nossos olhos como se "leva na cabeça" fixando o preço de venda e das assinaturas sem base segura em cálculos do custo,
 - 8.º — e finalmente, exige uma complementação, em outro artigo, mostrando como orientar e controlar o feito, a administração, as receitas e as despesas da publicação.
- E disso tratarei oportunamente.

CASO XXIV — DEMISSÃO DE UMA RELIGIOSA DE VOTOS PERPÉTUOS

Pe. Frei Rafael de União OFMCap.

Irmã Rufina, religiosa de votos perpétuos numa Congregação de Direito Pontifício, tendo merecido uma justa e severa repressão, revoltou-se publicamente, em pleno refeitório, contra a Superiora local e toda a Comunidade, prometendo, de modo sério e categórico, incendiar o convento tão logo fôsse possível.

A pobre Superiora, temendo o prometido e não podendo comunicar-se logo com a Madre Geral, reúne o Conselho local que se declara favorável à imediata demissão da Irmã rebelde, uma vez obtido o consentimento do Ordinário do lugar. Acresce ainda que a Irmã Rufina se recusa perentoriamente a deslocar-se para outra casa da Congregação.

Obtido o consentimento do Conselho local e do Ordinário a Superiora entrega à Irmã Rufina a seguinte declaração: "Irmã Rufina, considerados os fatos e a terrível ameaça contra o nosso convento, não nos sendo possível recorrer incontinentemente à Madre Geral, com o consentimento do Conselho local e do Senhor Bispo, deixe hoje mesmo seu hábito religioso e volte para o século".

Em face desta severa determinação, a infeliz irmã, ainda revoltada, deixou o hábito indo viver com os seus parentes. Pergunta-se:

1) Quais as formalidades exigidas pelo Código de Direito Canônico na demissão de uma religiosa de votos perpétuos?

2) Agiu bem ou mal, prudente ou imprudentemente, a Superiora local?

3) Qual a verdadeira situação da Irmã Rufina? Deixou ou não de ser Religiosa?

1 — Quais as formalidades exigidas pelo Código de Direito Canônico na demissão de uma Religiosa de votos perpétuos?

Para demitir uma Religiosa de votos perpétuos, quer simples, quer solenes, é necessário:

a) **uma causa grave e externa:** não se requerem delitos propriamente ditos, segundo o Cân. 2195 ("Pelo nome de delito, em direito eclesiástico, entende-se a violação externa e moralmente imputável da lei a que está anexa uma sanção ao menos indeterminada"). Bastam causas graves e exteriores. Não é necessário que haja **pecado** no sentido **teológico**, isto é, "uma transgressão voluntária da lei de Deus".

b) **que esta causa esteja acompanhada de incorregibilidade por parte da Religiosa.** Para se provar a incorregibilidade da Religiosa não há normas fixas, como para o caso de um Religioso.

De fato, o Código de Direito Canônico, em se tratando de Religiosas, não fala nem da dúplice admoestação nem da ameaça de demissão. Por analogia e conforme a jurisprudência da Santa Sé, temos que admitir estas formalidades. A Sagrada Congregação dos Religiosos não confirma o decreto de demissão, caso tais formalidades sejam preteridas. Devem-se, pois, observar; de um modo, porém, mais livre, isto é, não se faz necessário que tais admoestações e a ameaça de demissão sejam estritamente canônicas, como se prescreve para outros casos (cf. cân. 649, 656, 658 — 662).

c) **que se demonstre esta incorregibilidade, com a experiência de que os avisos dados foram inúteis, de tal maneira que, a juízo da Superiora, tenha desaparecido tôda esperança de emenda.**

Sõmente após estas formalidades, e esgotados os meios para que a Religiosa reconheça o mal praticado, podendo arrepender-se, é que a Santa Madre Igreja, deixando o óleo da misericórdia, vê-se como que forçada a empregar o aguilhão da justiça, pela confecção do verdadeiro processo.

Assim:

1. Tratando-se de Religiosas de votos perpétuos de Direito Diocesano, cabe ao Ordinário do lugar onde está o Convento da religiosa professa, ponderar, examinar as causas da demissão e, se nada lhe parecer injusto, emanar o decreto de demissão (Cf. cân. 652, § 1).

2. Tratando-se de Religiosas de votos perpétuos de Direito Pontifício, cabe à Madre Geral submeter todo o assunto, atos e documentos, à Sagrada Congregação dos Religiosos. Esta é quem decidirá a sorte da Religiosa.

2 — Agiu bem ou mal, prudente ou imprudentemente, a Superiora local?

A primeira vista, ponderando-se as formalidades acima referidas, parece-nos que a Superiora local agiu precipitadamente.

A realidade, porém, é que ela estava bem instruída sôbre o Direito das Religiosas. Conhecendo-a, aplicara corretamente a sanção que o cân. 653 prescreve: "Em caso de grave escândalo externo ou na iminência de um dano gravíssimo para a Comunidade, a Religiosa pode ser despedida imediatamente pelo Superior ou pela Superiora maior com o consentimento do seu Conselho, ou também, se a dilação oferece perigo, e não há tempo de recorrer ao Superior ou Superiora maior, pela Superiora local com o consentimento do Conselho e do Ordinário do lugar, mas com a condição de o mesmo Ordinário, o Superior ou a Superiora Maior, caso intervenham no assunto, recorrerem sem demora à Santa Sé, submetendo o caso ao seu juízo".

Temos neste cân. os chamados "casos urgentes", que são dois: o primeiro é o grave escândalo causado pelo modo de agir da Religiosa; o segundo é o temor do perigo de gravíssimo dano iminente para a Comunidade. Um dêstes dois casos pode por si só motivar a volta imediata ao século da Religiosa culpada.

Em nosso caso, verificaram-se ao mesmo tempo o grave escândalo e o temor de um grande e iminente dano.

Destarte a Superiora local agiu bem e com prudência.

Note-se, porém, que esta volta imediata ao século não é uma verdadeira e definitiva demissão, a qual é decretada pela Santa Sé.

Em nosso caso, a Superiora local envia à Madre Geral um relatório completo do que se passou e esta envia tudo à Sagrada Congregação dos Religiosos, por se tratar de uma Religiosa de Direito Pontifício.

Devendo-se o caso da Irmã Rufina se resolver por um processo ordinário de demissão, manda geralmente aquela Sagrada Congregação que se institua o processo judicial "ad normam iuris", segundo as prescrições do direito. Tratando-se, porém, de casos outros, o mais das vezes, é a própria Congregação dos Religiosos que decide.

3 — Qual a verdadeira situação da Irmã Rufina? deixou ou não de ser Religiosa?

Neste ínterim, isto é, enquanto se esperava a decisão da Sagrada Congregação dos Religiosos, a Irmã Rufina deixou ou não de ser Religiosa?

A Irmã Rufina não deixou de ser religiosa, porquanto a medida tomada pelas autoridades competentes, ou seja pela Superiora local com o seu Conselho e pelo Ordinário do Lugar, não é uma verdadeira e decisiva demissão. É por isso que o cân. 653 conscientemente não fala de "demissão", mas de "envio ao século" (religiosus statim potest... ad saeculum remitti).

Concluindo:

Se nada houver em contrário por parte das Constituições e de algum indulto apostólico, a Irmã Rufina, mesmo no século, permanecerá Religiosa, devendo observar os seus votos, dos quais não obteve a dispensa: prestará, assim, uma obediência especial ao Ordinário do lugar onde fixar residência.

Observará os seus votos do melhor modo que lhe fôr possível, tendo em vista a sua condição atual fora do claustro.

E como está vinculada a suas obrigações de Religiosa, não está excluída de usufruir dos privilégios, mormente espirituais, de seu Convento e de sua Congregação.

ESTATÍSTICA

CASAS E RESIDÊNCIAS DE RELIGIOSOS FUNDADAS EM 1961

Departamento de Estatística da CRB

UNIDADE FEDERADA	CIRCUNSCRIÇÃO ECLESIASTICA	N.º de Casas
Amazonas	P — Juruá	1
Bahia	D — Amargosa	1
	D — Ilheus	1
Ceará	A — Fortaleza	1
Distrito Federal	A — Brasília	2
Espírito Santo	D — São Mateus	1
Guanabara	D — S. Sebastião do R.Janeiro	2
Mato Grosso	D — Dourados	1
Minas Gerais	A — Belo Horizonte	3
	A — Mariana	2
	D — Guaxupé	1
	D — São João del Rei	1
Pará	P — Abaeté do Tocantins	1
Paraíba	D — Campina Grande	1
Paraná	A — Curitiba	1
	D — Campo Mourão	1
	D — Londrina	4
	D — Palmas	2
	D — Ponta Grossa	1
	D — Toledo	3
Pernambuco	A — Olinda e Recife	1
Rio de Janeiro	D — Nova Friburgo	1
	D — Petrópolis	1
Rio Grande do Sul	A — Pôrto Alegre	1
	D — Frederico Westphalen	1
	D — Passo Fundo	1
	D — Santo Ângelo	1
Santa Catarina	A — Florianópolis	1
	D — Chapecó	1
	D — Joinvile	1
São Paulo	A — São Paulo	1
	A — Campinas	1
	D — Marília	1
	D — Piracicaba	1
	D — Santo André	1
TOTAL		46

CASAS RELIGIOSAS FEMINIÑAS FUNDADAS EM 1961

UNIDADE FEDERADA	CIRCUNSCRIÇÃO ECLESIASTICA	N.º de Casas
Amazonas	A — Manáús	1
Pará	A — Belém do Pará	1
	P — Cameté	1
Amapá	P — Macapá	1
Piauí	P — Bom Jesus do Piauí	1
Ceará	D — Sobral	3
	A — Fortaleza	2
	D — Crato	1
Paraíba	A — Paraíba	1
Pernambuco	A — Olinda e Recife	2
	D — Afogados de Ingázeira	1
	D — Garanhuns	1
Bahia	D — Vitória da Conquista	1
Minas Gerais	A — Belo Horizonte	5
	D — Teófilo Otoni	2
	A — Mariana	1
	D — São João del Rei	1
	D — Sete Lagoas	1
Rio de Janeiro	A — Niterói	1
	D — Nova Friburgo	1
	D — Petrópolis	1
Guanabara	A — São Sebastião do Rio de Janeiro	1
São Paulo	A — São Paulo	4
	A — Botucatu	3
	D — Marília	2
	D — Mogi das Cruzes	2
	D — Lorena	1
	A — Ribeirão Preto	1
	D — Santo André	1
	D — Rio Preto	1
	D — São João da Boa Vista	1
	D — Taubaté	1
Paraná	A — Curitiba	3
	D — Campo Mourão	3
	D — Londrina	3
	D — Maringá	1
	D — Palmas	1
	D — Ponta Grossa	1

Santa Catarina	D — Chapecó	2
	D — Joinvile	2
	D — Lajes	2
	D — Tubarão	2
Rio Grande do Sul	A — Florianópolis	1
	A — Porto Alegre	6
	D — Frederico Westphalen	2
	D — Caxias	1
	D — Santa Maria	1
Mato Grosso	D — Santo Ângelo	1
	D — Uruguaiana	1
	A — Cuiabá	1
	D — Campo Grande	1
Goiás	A — Goiânia	4
	D — Goiás	1
Distrito Federal	A — Brasília	4
	Em cidades não declaradas	8
TOTAL		100

A — Arquidiocese

D — Diocese

P — Prelazia

DEPARTAMENTO DE VOCAÇÕES

NOTÍCIAS DA O. P. V. R.

Depois do Primeiro Congresso Internacional das Vocações Religiosas, em Roma, no mês de dezembro de 1961, a Obra Pontifícia das Vocações Religiosas está sendo inteiramente renovada, modernizada e adaptada pelo eficiente trabalho de seu novo Secretário, Revmo. Pe. Godfrey Poage, C. P. (autor do já célebre livro "Recrutamento para Cristo", Vozes, 1962 e de "Mais Vocações", Vozes, 1963).

Em particular a obra publica um boletim regular para informar e incentivar o zelo vocacional dos Institutos. Êste boletim sai em seis línguas, inclusive em Português.

Passamos a publicar um estrato do boletim de março de 1963, para que nossos leitores possam perceber o interesse do noticiário:

Troca de idéias

Muitos dos que recebem êste boletim estão ativamente empenhados na obra do recrutamento e do incremento das vocações à vida religiosa. Cada qual conhece diversos programas, tem preferência para esta ou aquela técnica, programas e técnica que variam de nação para nação e até mesmo de pessoa para pessoa. Teremos grande prazer em tomar conhecimento de tô-

das estas iniciativas, para poder avaliá-las e pô-las à disposição de todos os associados. Pedimo-vos, pois, de escrever-nos, dando-nos informações sobre vossa obra, e de enviar-nos exemplares de todo material que julgais útil para os vários inscritos na Pontifícia Obra das Vocações Religiosas. No próximo boletim, incluiremos alguns destes relatórios. (Enderêço: Piazza Pio XII 3, Roma).

Propaganda eficaz

Em 1962, a Pontifícia Obra de Vocações Religiosas recebeu, principalmente dos Estados Unidos, muitos objetos de propaganda religiosa, calendários, canetas, etc. Queremos assinalar um meio muito conveniente de propaganda, realizado por meio de cartões postais ilustrados de vários seminários ou conventos. Um recrutador americano enviou 5.600 cartões postais, e 57 rapazes interessados foram visitar o Seminário. Destes 57, fizeram 6 o pedido de admissão, e um bom número ficou indeciso.

Entre os cartões de Natal, encontramos esta simples e belíssima frase:

Assim como a estrêla guiou os Magos
em direção do presépio,
Assim a vocação religiosa
Possas guiar-te até Deus.

Uma comunidade de Irmãs enfermeiras enviou, durante as festas, uma longa carta, encabeçada com um litografia da Natividade. Esta explicava que toda moça generosa, nos dias de Natal, deseja mostrar ao Senhor, de um modo todo especial, quão grande é seu amor para com Ele... e quanto estima tudo quanto d'Ele recebeu. A carta terminava assim:

"Porque, por ocasião desta festa, não oferecer um presente especial? Porque não oferecer o dom de você mesmo? Já pensou nisto? Jesus espera por V. Na pessoa do doente e do pobre, Ele deseja o seu carinho e o seu afeto".

Idéias assim que podem ver em outros cartões de festa. Tudo isto contribui para tornar os jovens cada vez mais conscientes do problema das vocações e gerar uma espécie de liame, que, com a correspondência sucessiva, tenderá a crescer com o passar do tempo". Até aqui o extrato do noticiário.

É desejo da Congregação dos Religiosos, presidida por sua Eminência o Cardeal Valério Valeri, e também desta conferência, **que cada Província religiosa, como também cada casa receba tão precioso instrumento de trabalho.**

Não será possível receber este boletim, se as províncias e casas não figuram na lista de enderêços da Obra Pontifícia, e não figurarão se não forem agregados à OPVR. E não serão agregadas, se não oferecerem um pequeno óbulo, cuja quantia sua Eminência deseja **deixar a critério de cada um.**

A CRB logo não pode determinar esta quantia que variará a partir de Cr\$. . 500,00 ou Cr\$ 1.000,00.

Para solucionar o problema do pagamento de tal oferta anual, que será remetida diretamente à Conferência dos Religiosos do Brasil — Rio de Janeiro, segue anexa uma ficha que deverá ser preenchida pela casa.

Além desta vantagem apostólica, a agregação apresenta outras, de natureza mais espiritual (indulgências) descritas no artigo do Pe. Pedro Loret — Revista da CRB — abril de 1956 (ano II, N.º 10 — pág. 201-5). O autor apresenta assim o fim e os meios da OPVR — fim: defender e auxiliar as vocações aos estados de perfeição;

— meios: propagar a verdadeira doutrina sôbre a natureza, utilidade e excelência dos estados de Perfeição, tal como é exposta nos documentos pontifícios;

— promover obras de piedade, de penitência e de caridade com o fim de obter de Deus excelentes e numerosas vocações para os estados de perfeição.

Tão elevado fim, tão nobres meios merecem um pequeno sacrifício, não é?

Pe. Bertrand de Margerie, S. J.
Diretor do Departamento de Vocações

COMUNICAÇÕES

CONGRESSO INTERNACIONAL DO "PRO MUNDI VITA"

O "Pro Mundi Vita", com a finalidade de fomentar, num plano internacional, a cooperação prática e eficiente de diversos grupos de religiosos, bem como a de religiosos e leigos, promove um Congresso Internacional a ser realizado em Essen (Alemanha), nos dias 3, 4 e 5 de setembro do corrente ano. Eis a seguir o programa:

Temário geral:

"As necessidades da Igreja e a tarefa dos religiosos"

Assuntos a serem tratados:

1. A tarefa da Igreja diante das transformações da estrutura econômica e social nos países necessitados.
2. A tarefa dos religiosos diante dos países necessitados.
3. Inventariação dos religiosos nos diversos países do mundo (vocações, atividades apostólicas, etc.), e inventariação de algumas zonas necessitadas. Trabalhos da FERES.
4. Planos Pastorais.
5. Condições imprescindíveis a que uma zona necessitada deve satisfazer para possibilitar uma assistência eficiente. A questão das prioridades.
6. A tarefa dos leigos diante dos países necessitados.

7. O tipo de formação em geral dos que vão trabalhar num país necessitado; a conveniência de lhes dar uma formação adequada às novas circunstâncias.
Institutos destinados a dar tal formação nos países necessitados e em outros países.
8. A tarefa das Conferências dos Religiosos nos países de procedência.
9. A urgência de se chegar a uma coordenação das diversas atividades e a uma estreita colaboração.

Conferencistas e Relatores:

- Pe. Tiago Cloin (Rio de Janeiro, Brasil)
- Mons. J. Dellepoort (Maastricht, Holanda)
- Pe. L. Grond (Friburgo, Suíça)
- Pe. J. Hamer (Roma, Itália)
- Abbé F. Houtart (Bruxelas, Bélgica)
- Pe. L. Hertsens (Bruxelas, Bélgica)
- Mons. I. Illich (Cuernavaca, México)
- Pe. F. Verstraelen (Soesterberg, Holanda)
- Mons. J. Jadot (Bruxelas, Bélgica)
- Exmo. Sr. Dom E. de Araújo Sales (Natal, Brasil)
- A. Vanistendael (Bruxelas, Bélgica)

Muitas outras pessoas já se prontificaram a concorrer para que o Congresso tenha pleno êxito.

De todos os atos do Congresso será feita uma tradução simultânea em português, francês, alemão, inglês e espanhol.

BIBLIOGRAFIA

Propedêutica ao Grego, por Hilda Penteado de Barros. — Editôra Herder, São Paulo — 1962. 1 vol. br. 160 + 230, 218 pp.

Título modesto para excelente manual. Familiariza-nos com o programa do primeiro ano de grego da Universidade de São Paulo, programa respeitável, mesmo para quem cursou universidades européas. Acrescentemos logo: o manual deveria ser adotado nas demais Faculdades do País e deverá resolver o problema da maioria dos seminários menores do Brasil.

Nem tradicional, nem excessivamente inovador, *Propedêutica* conserva sistema de construção de frases gregas e de historietas e leituras em cada lição. Os professores, no uso diário do manual, nos dirão daqui a alguns anos, se a autora foi feliz nas minúcias.

O léxico, organizado em função das leituras, é remetido para o fim do livro. A impressão, em papel *couché*, faria inveja à qualquer tipografia alemã; as ilustrações, além de primorosas, foram escolhidas com critérios objetivos.

Muito professor tornará a sentir o nó na garganta ao ouvir isso, mas não podemos silenciá-lo: na hora em que pensávamos nos funerais dos estudos gregos em nossa Terra, a Prof. Dona Hilda, com sua vasta cultura, seu otimismo cristão, seu amor à cultura humanística, acendeu novo facho de Luz e no-lo entregou. Estamos na vez de passá-lo adiante. Não digam porém que nos preparamos para honrar heróis do passado, porque os que realmente assimilam cultura helênica preparam heróis da atualidade e do futuro. *Frei Evaristo P. Arns O.F.M.*